

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

DANIARA ZAMPIVA FERRI

**Máquina de fazer silêncios:
O reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o
Golpe Militar de 1976**

Porto Alegre
2017

Daniara Zampiva Ferri

**Máquina de fazer silêncios:
O reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o
Golpe Militar de 1976**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharela em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ma. Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Titular: Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty

Substituto: Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Titular: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipert

Substituto: Prof. Dr. Renê Faustino Gabriel Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

CIP - Catalogação na Publicação

Zampiva Ferri, Daniara
Máquina de fazer silêncios: O reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o Golpe Militar de 1976 / Daniara Zampiva Ferri. -- 2017.
82 f.
Orientador: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Censura. 2. Ditadura na Argentina. 3. Bibliotecas. 4. Exílio. I. Giovanaz, Marlise Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Rua Ramiro Barcelos, nº 2705 – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3308-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

Daniara Zampiva Ferri

**Máquina de fazer silêncios:
O reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o
Golpe Militar de 1976**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharela em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 16 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: - Profa. Ma. Marlise Maria Giovanaz

Doutorando Diego Lock Farina

Prof. Especialista Jorge Eduardo Enriquez Vivar

“Quem está contra, ensina a máquina, é inimigo do país. Quem denuncia a injustiça comete delito de lesa-pátria. Eu sou o país, diz a máquina. Este campo de concentração é o país: esta podridão, este imenso baldio vazio de homens. Quem crê que a pátria é uma casa de todos será filho de ninguém.”

Eduardo Galeano
Dias e noites de amor e de guerra

“É preciso que o futuro lhe reserve sempre a merda para seu significado, para que os povos se recordem como foi que um dia um só homem quis ser dono das liberdades humanas, para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente. este tem de ser um nome de vergonha. o nome de um porco. para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar a censura e persiga os homens que têm por natureza o direito de serem livres.”

Valter Hugo Mãe
A máquina de fazer espanhóis

RESUMO

Analisa a trajetória da Argentina no âmbito literário durante a ditadura de 1976-1983 que ficou conhecida como Processo de Reorganização Nacional, e como a censura de livros se desenvolveu e repercutiu durante esse período. O método realizado para desenvolver o trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Descreve quais foram as consequências sofridas nas instituições responsáveis pela difusão do livro, mais especificamente as bibliotecas, universitárias, públicas e escolares, e quais foram os métodos utilizados para viabilizar as estratégias de proibição. Relata casos de limpeza em bibliotecas e editoras, incluindo relatos de queima de livros. Resgata o contexto histórico da Argentina desde a época do Peronismo até o Golpe. Conceitua o que é censura iniciando com uma linha histórica que vai da Reforma Protestante, onde ascende, até a Liberdade de Imprensa, passando, então, para o desenvolvimento teórico que define o que pode ser considerado como censura. Por fim, buscou-se identificar como a censura afetou as bibliotecas e a produção literária durante a ditadura.

Palavras-chave: Ditadura Argentina (1976-1983). Censura. Bibliotecas. Exílio.

RESUMEN

Analiza la trayectoria de la Argentina en el ámbito literario durante la dictadura de 1976-1983 que se conoció como Proceso de Reorganización Nacional, y cómo la censura de libros se desarrolló y repercutió durante ese período. El método realizado para desarrollar el trabajo fue la investigación bibliográfica y el análisis documental. Describe cuáles fueron las consecuencias sufridas en las instituciones responsables de la difusión del libro, más específicamente las bibliotecas, universitarias, públicas y escolares, y cuáles fueron los métodos utilizados para viabilizar las estrategias de prohibición. Relata casos de limpieza en bibliotecas y editoriales, incluyendo relatos de quema de libros. Resuelve el contexto histórico de la Argentina desde la época del Peronismo hasta el Golpe. Concepto lo que es censura iniciando con una línea histórica que va de la Reforma Protestante, donde asciende, hasta la Libertad de Prensa, pasando entonces al desarrollo teórico que define lo que puede ser considerado como censura. Por último, se buscó identificar cómo la censura afectó a las bibliotecas y la producción literaria durante la dictadura.

Palabras clave: Dictadura Argentina (1976-1983). Censura. Bibliotecas. Exilio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O ditador Videla rezando em uma missa na Capilla Stella Maris, em 1981.....	24
Figura 2: Madres de Plaza de Mayo reprimidas por la caballería en plena dictadura militar, 1982.....	34
Figura 3: Julio Cortázar junto ao Rio Sena, em Paris, por volta de 1970.....	47
Figura 4: Reprodução do DECRETO nº 1101.....	50
Figura 5: Reprodução do decreto Nº 480.....	51
Figura 6: Reprodução de decreto Nº 236.....	52
Figura 7: Representação do decreto Nº 2607.....	53
Figura 8: Reprodução do decreto Nº 3155.....	54
Figura 9: Enrique Alberto Colomer, vendedor da Riverside, desaparecido.....	57
Figura 10: Queima pública de milhares de livros do Centro Editor da América Latina (CEAL), em Sarandí.....	63
Figura 11: Parte do acervo da CEAL em chamas durante o processo da queima.....	63
Figura 12: Queima de livros da CEAL, 25 de junho de 1980.....	64
Figura 13: Queima coletiva de livros en Córdoba, em 29 de abril de 1976.....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	UMA BREVE HISTÓRIA DA CENSURA.....	11
2.1	A CENSURA CRISTÃ DO SÉCULO XV.....	11
2.2	UMA REFLEXÃO SOBRE A CENSURA – É PROIBIDO PROIBIR?.....	18
3	ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1976 NA ARGENTINA.....	24
3.1	AS DÉCADAS DO PERONISMO.....	24
3.2	ARGENTINA – PÁTRIA FUZILADA.....	28
4	NAS AMARRAS DA CENSURA – UMA GERAÇÃO DE SILÊNCIO.....	38
4.1	A CENSURA NA LITERATURA.....	36
4.1.1	Ruas vazias, páginas em branco.....	41
4.1.2	O Index Latino – Livros Censurados.....	48
4.2	PALAVRAS QUE QUEIMAM – CASOS DE “LIMPEZA” EM BIBLIOTECAS E EDITORAS.....	55
5	OS LÁPIS SEGUEM ESCREVENDO: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
6	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

“¡Hasta la victoria siempre!” Aqui começo uma jornada de revolução: através da palavra. A célebre frase de Ernesto “Che” Guevara (1928 – 1967), guerrilheiro revolucionário que comandou a revolução cubana – e que nos intervalos das batalhas ordenava que seus soldados estudassem e aprendessem a ler – não poderia ser mais apropriada no presente trabalho. Jornada, esta, que me proporcionou reflexões e questionamentos para além das salas de aula nestes cinco anos de graduação. Este trabalho nasceu antes mesmo de ter nascido, lá em 2013, quando li meu primeiro livro do escritor argentino Julio Cortázar, *Todos os Fogos, o Fogo*. Então, inicio ele, antes de tudo, graças à Literatura. Já disse Ryane Leão (2017, p.100):

*se enganam os que não sabem
que a literatura também é uma arma
a mais carregada
a mais poderosa
tanto que os livros que um dia foram incendiados
ficaram.*

Conhecer a nós, latino-americanos, e inevitavelmente se apaixonar por nossa história me fez sentir a necessidade de refletir sobre a minha condição enquanto indivíduo que tem a liberdade de expressar opiniões e acessar informações graças às pessoas que fizeram – ou tentaram fazer – o mesmo em tempos passados, mas que foram punidas ou até mortas por isso. Até a vitória sempre, sim, graças a todos aqueles que lutaram através da palavra. Até a vitória, sempre, pois, continuemos na luta!

Historicamente, em diferentes culturas, vários países foram governados por regimes de ordem militar. Nesses regimes, diversos casos de atentado contra o conhecimento e aqueles que o produziam foram registrados. Isso afetou diretamente o direito de liberdade de expressão dos cidadãos, refletindo não só no povo, mas também nas engrenagens de todo o funcionamento de uma sociedade. Os mais atacados foram aqueles que se negaram ao silêncio: os escritores, artistas, estudantes, cientistas, jornalistas e bibliotecários. A Argentina, lar também dos escritores Ernesto Sábato e Ricardo Piglia, e terra do já citado guerrilheiro Ernesto Che Guevara, passou por um desses processos. O golpe iniciado em 24 de março de 1976 durou até 1983 e foi um dos mais devastadores da América Latina. Na época, foi chamado de Processo de Reorganização Nacional. Seu saldo final de mortes foi o maior da América Latina, “quince

mil desaparecidos, diez mil presos, cuatro mil muertos, decenas de miles de desterrados son la cifra desnuda de ese terror”. (WALSH, 1977, p. 145).

A busca do problema desta pesquisa começou na tentativa de compreender como esse país sofreu culturalmente e intelectualmente sob a ditadura, como a literatura desses grandes escritores foi afetada, desde sua produção até a sua disseminação, e como os órgãos responsáveis por divulgar e disponibilizar informação passaram a atuar. As consequências posteriores ao golpe também foram levadas em conta, afinal, uma leva de escritores passaria a abordar em suas obras este período sombrio.

Para sua realização, uma série de recortes foi necessária, assim como uma série de tentativas, pois entender todo o contexto que antecede uma ditadura através de uma vasta bibliografia não é uma tarefa que possa alcançar sucesso completo, ainda mais nas limitações de um trabalho de conclusão de curso. Explanar o contexto histórico se mostrou absolutamente necessário como ferramenta de auxílio à investigação a qual me propus. O passado se mostrou a chave principal para compreender o que uma ditadura é capaz de fazer. Estes objetivos foram elencados para melhor organizar o andamento deste trabalho e serão apresentados nas seguintes seções, além da presente introdução:

- O desenvolver do conceito de censura a partir da Reforma Protestante até o Iluminismo e suas variâncias teóricas.
- Contexto histórico da Argentina abarcando do Peronismo até a instauração do Processo de Reorganização Nacional, e como o golpe se desenvolveu.
- Os mecanismos de repressão utilizados pelo governo, como as operações de limpeza e as listas de livros proibidos, e os motivos que justificavam essas implementações.
- Casos específicos de perseguições, censura e atentando contra ao conhecimento, listando também as obras censuradas durante o período.

Finalizando com uma conclusão na qual apresenta-se os principais resultados obtidos neste trabalho.

Foi através da palavra que o homem construiu e destruiu impérios, registrou memórias e ensinamentos que fizeram do mundo o que ele é hoje. Não é de se espantar que, com uma arma tão poderosa, logo houvessem aqueles que desejassem privá-la, controlá-la e até mesmo impedi-la. Logo, um dos primeiros passos do governo foi silenciar os opositores, ou seja, aqueles que se opunham à ideologia instaurada. Para tal, foram criados mecanismos para executar todo tipo de proibição imaginável. Dentre estes, os mais usados e eficazes foram a tortura, a morte e a censura. Neste trabalho, o principal objeto será a o estudo da censura durante esse período, a forma como ela se estabeleceu, como se desenvolveu durante a ditadura e o que

atingiu. Serão apresentados também alguns de seus conceitos e suas variâncias e uma linha histórica que se inicia na Reforma Protestante, para melhor compreender sua raiz. E por que a censura? Porque foi através dela que milhares de pessoas foram impedidas de ter acesso a literatura e a informação, que escritores tiveram seus livros proibidos, que atrocidades foram cometidas sem que ninguém soubesse, atrocidades que eram veladas pelos assassinos que governavam o país.

Assassinos que foram julgados e condenados, mesmo que tardiamente, em um processo longo que vem acontecendo gradativamente. Hoje, exatos 34 anos após o término do último golpe argentino, tenho a plena liberdade de chamá-los de assassinos. Falo em assassinos consciente do significado da palavra, não na intenção de julgar, visto que esse trabalho, em sua condição acadêmica, se propõe apenas a questionar, mas assassinos, sim, pelos fatos registrados que hoje marcam um número trágico na história da Argentina. Tratar de um tema desses requer não só curiosidade, mas também a humildade de reconhecer a impossibilidade de retratar a dor de um país o qual, neste caso, não pertencço, e a dor das mães da Praça de Maio, que com seus lenços brancos toda semana vão para a praça realizar manifestações relembrando o desaparecimento de seus filhos. No entanto, tais idiossincrasias não me impediram de, através de uma árdua pesquisa documental, buscar respostas para esta pesquisa. A facilidade de acessar documentos oficiais e não oficiais tanto da Argentina quanto do Brasil se mostrou suficiente para a mesma. Assim como o contato com historiadores, bibliotecários, e as inúmeras fontes de informação que serão citadas no decorrer do trabalho. Ciente, claro, do fato de que muitos documentos oficiais ainda não estão disponíveis ao público, alguns que não vieram à tona ainda, e mais aqueles que, pela distância, não me foram possíveis acessar.

Como forma de possibilitar acesso a todos que se interessam pelo tema, cito aqui algumas fontes em que procurei informações que se mostraram pertinentes no decorrer do desenvolvimento. Bases de dados como a PRISMA e HAPI, que possuem enfoque em ciências humanas, e a base Scielo, contam com uma numerosa produção acadêmica na área. Efetuei buscas nos catálogos *online* da UFRGS, como o SABÍ e o LUME, assim como nas bibliotecas físicas da UFRGS: a Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BIBCSH), a Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) e a Biblioteca do Instituto Cervantes de Porto Alegre, que é especializada na cultura hispânica. Também encontrei material no *google acadêmico*, e no *google books*, a fim de procurar os livros encontrados na busca em sebos, livrarias e bibliotecas públicas da cidade. Os informes mencionados e ilustrados foram retirados do site da Secretaría de Planificación Estratégica e Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Alguns filmes no catálogo *Dictadura en el cine*, disponível no *site online*, foram assistidos para

possível proveito no trabalho. Jornais como o El País, La Izquierda Diario e La Nación, que possuem páginas na *web*, também serviram de apoio para embasar a pesquisa, principalmente no âmbito de casos específicos sobre buscas contra escritores argentinos e livros censurados. A busca por imagens que pudessem ilustrar alguns dos fatos mencionados se mostrou árdua, visto a falta de retorno de alguns órgãos que pudessem disponibilizar imagens com direitos autorais pertinentes a esta pesquisa. O fotógrafo argentino Eduardo Longoni permitiu o uso de suas fotografias, e as demais imagens foram retiradas da base de dados Parque de la Memoria e de sites de jornais.

Por fim, a importância de não deixar cair no esquecimento um dos acontecimentos mais sangrentos que tivemos na América Latina, afinal, foi o país que mais teve mortos durante uma ditadura.

Uma história triste de se lembrar nem sempre é uma história que as pessoas gostam de ouvir, mas somente através dessas histórias é que conseguiremos evitar – ou ao menos tentar evitar – a violação dos direitos humanos e a nossa própria violação. Nos próximos capítulos, dedicados a todos os subversivos, coisas horríveis serão relatadas. Temos uma história para contar, cuja luta foi demorada para encontrar um final feliz, ou próximo disso. Como disse Francisco Urondo (1967, p.5), em seu poema “Del otro lado” “¿Quién no tiene cosas horribles que contar? ¿Quién no tiene su historia? Pero nadie supo qué decir. Nadie supo qué hacer. Cuando alguien contó la historia.”

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA CENSURA

Censurar não é necessariamente proibir. Destruir, esconder, impedir, entre demais variantes, estão no seio desta ação. Antes de qualquer coisa, a censura é uma ação mensurável. “Para poder censurar, é preciso antes poder medir, identificar, individualizar.” (NODARI, 2011 p. 162). Partir de uma avaliação para conhecer os indivíduos pertencentes a uma cultura, ou seja, fazer um censo. E tendo conhecimento daqueles aos quais se deseja censurar, sua aplicação torna-se efetiva. Em muitos momentos da História foi decretado o que podia ou não ser editado, impresso e até mesmo lido, sem falar na exclusão de documentos de tempos imemoráveis, que jamais chegaram às nossas mãos. Nos próximos capítulos, serão apresentados alguns pressupostos de sua origem e alguns conceitos sobre o que é censura. Neste trabalho, porém, deixo claro que o conceito de censura abordado é o mesmo explicado por Robert Darnton (2007)¹: “A censura se refere ao poder monopolizado pelo Estado, ou em alguns casos, pela Igreja, em vez de restrições de poder de todo o tipo”. Apesar de mostrar outros lados do que pode ser a censura, devido ao objeto de estudo aqui escolhido, trabalharei o conceito de censura como repressão de ideias sob o poder do Estado.

2.1 A CENSURA CRISTÃ DO SÉCULO XV

A censura tem um conceito amplo, e para começar a compreender o que é e como ela se desenvolveu, é preciso voltar alguns séculos atrás, para a época em que ela teve sua ascensão: durante a Reforma Protestante. Voltemos para a Europa de 1500.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, as manifestações da censura se caracterizaram pela luta constante entre a Igreja e as autoridades políticas para reprimir e controlar a liberdade de expressão dos cidadãos.

O primeiro registro que trago data de 1472, quando o bispo Niccolo Perotti, descontente com uma edição de Plínio realizada em Roma pelos primeiros tipógrafos alemães, Arnold Pannartz e Konrad Sweynheim, criou uma comissão formada por eruditos responsáveis pela avaliação das edições dos livros clássicos. Nasce uma primeira ideia de censura, com caráter moral e religioso, sob o poder da hierarquia eclesiástica, homens relacionados à Igreja que passaram a ser revisores e corretores de obras escritas.

¹ Retirado de vídeo do historiador Robert Darnton em conferência do Fronteiras do Pensamento em 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e6AMc9h95nA>

A partir de então, as obras apócrifas (livros clandestinos que não fazem parte do cânone bíblico) começaram a ser confiscadas. A exemplo disso, o Papa Inocencio VIII ordenou aos bispos, em Roma e nas demais dioceses, que tirassem de circulação qualquer livro que contivesse conteúdo considerado contra a Igreja e a Moral Cristã. Assim, começaram a surgir os índices expurgatórios (índices que continham títulos que deveriam ser revisados e/ou corrigidos).

Logo que Gutenberg criou a imprensa, por volta de 1430, o que possibilitou a difusão da Reforma e favoreceu Martinho Lutero, a facilidade e o perigo da propagação de livros entre o povo europeu que até então não tinha acesso à cultura, causou inquietações nas autoridades:

[...] El libro fue visto como un peligro, como una especie de peste, cuya difusión habia que regular y eventualmente bloquear por cualquier miedo. En pocos años la Iglesia de Roma elaboró un aparato de control que en las intenciones debía extenderse a todo el continente y que servió de modelo para cualquier organización de control policial del pensamiento futuro, con inevitables repercusiones en la vida de los poderes, en el progreso de las ciencias y del saber en general. (INFELISE, 2004, p. 8).

Graças a imprensa, a produção editorial cresceu rapidamente, difundindo mais a leitura, e com isso, a Cúria Romana (órgão administrativo da Santá Sé) assim como os órgãos estatais, sentiram a necessidade de um controle mais organizado. De 1501 a 1515 se desenvolveram os princípios da censura prévia - quando a autoridade máxima de uma nação passa a ter direito de vigilar as obras que serão publicadas.

A atividade censória repartiu-se entre o Ordinário (juízes eclesiásticos ligados às dioceses, em atuação desde 1517), o Tribunal do Santo Ofício (organismo ligado à Igreja, em funcionamento desde 1536) e o Desembargo do Paço (órgão censor ligado ao poder régio, atuante a partir de 1576). Sucessivos índices de livros proibidos foram publicados em Portugal a partir 1551. (ABREU, 2009, p. 2).

Nas demais regiões da Europa não era tão diferente. A Alemanha, por exemplo, era o país onde havia o maior controle, dado que por ter sido berço da tipografia, acabou se transformando no maior centro de produção e circulação de livros. Porém, alguns países optaram por desenvolver seus próprios sistemas, como a Espanha, que criou uma licença que controlava as importações, e a França, que não aceitava o sistema de controle Romano, e tinha suas obras avaliadas por teólogos da Universidade de Sorbonne.

Diferente da Inquisição, o Santo Ofício (*Sacra Congregatio Romanae Universalis Inquisitionis heretice seu Sancti Officii*) concentrava-se nas ordens eclesiásticas, mantendo espiões para identificar qualquer atividade considerada suspeita. Foi através da Inquisição que

as obras de Martinho Lutero foram proibidas. Tamaña era a preocupação da expansão de sua doutrina, que seus livros foram queimados – uma face consequente da censura. Na Espanha, a Inquisição era constituída por

um inquisidor geral à frente do Conselho Supremo da Santa Inquisição, composto por sete membros. Cada tribunal particular dispunha de três inquisidores, um fiscal, três secretários, um oficial de justiça maior e três receptores, qualificadores e consultores. (BÁEZ, 2006, p. 161)

Além da publicação dos índices, a espionagem feita por ordem da Inquisição era responsável por fiscalizar livrarias e editoras. Neste contexto, surge a figura do censor “[...] un letrado fiel y de buena conciencia que tendria la tarea de proibir las obras supersticiosas, condenadas, así como las cosas vanas e inútiles”. (INFELISE, 2004, p. 11). Além do censor, leis que regulamentavam a concessão de licenças de impressão também ajudavam a censura prévia; na Inglaterra, o governo aderiu a estas leis em 1538 e, em 1540, várias autoridades italianas aprovaram medidas similares. Instrumentos de controle bibliográfico, como os índices de livros proibidos, e o *imprimatur*, autorização concedida pelo poder da Igreja para impressão e circulação, iam se multiplicando gradualmente.

Esses catálogos, que continham títulos proibidos, começaram a ser espalhados pelas cidades da Europa. O primeiro índice foi na cidade de Veneza no ano de 1549, através de um acordo entre a Inquisição (criada por Paulo III em 1542) e a Cúria Romana. Neste catálogo, havia mais de 150 proibições, porém, mesmo impresso, ele nunca foi promulgado.

Logo após, em 1559, Papa Paulo IV publicou o principal índice de proibições romano, o *Index librorum prohibitorum* (índice de livros proibidos), que estava sob o poder da Inquisição. “El indice paolino fue el único preparado por la Inquisición romana; fue también el más severo de la historia, com las condenas más radicales e indiscriminadas.” (INFELISE, 2004, p. 30). A estrutura do índice consistia em ordenação alfabética e era dividida em três grupos: autores não católicos, que tinham toda a sua obra proibida (escritos que não tratavam de religião). O segundo grupo continha 126 títulos referidos a 117 autores e 332 títulos anônimos. O terceiro grupo, o livro vermelho (*libre omnes*), continha livros que não possuíam nome do autor, lugar de impressão e data, os sem permissão do inquisidor ou que foram impressos por hereges, e obras de astrologia e magia. No livro, constaram obras de cientistas como Nicolau Copérnico e Galileu Galilei.

A repressão do índice paolino afetou, além da parte da população pertencente a classe baixa, estudiosos que eram impedidos de ter acesso a produções vindas da Alemanha, úteis para seus estudos; livreiros que sofriam com a pouca venda e o excesso de livros, e os padres

protestantes, que foram proibidos de ministrar aulas nas escolas. Após sua morte em 1559, o novo Papa, Pio IV, favorável a uma revisão do índice, reestabeleceu a autoridade aos bispos da Europa, que o reeditaram, mantendo apenas as obras heréticas na lista.

Foi no pontificado de Paulo IV que a Inquisição teve um grande desenvolvimento. Sua origem deu-se entre os séculos XII e XIII na França, mas foi a partir do século XV, em Portugal e Espanha, que ela atingiu seu apogeu. Tendo como principal função combater a heresia, as punições contra aqueles que se desviavam das normas da fé eram severas: tortura, prisões e morte em fogueiras. O fogo, símbolo também do pecado e do Inferno, tornou-se uma representação do castigo àqueles que desobedeciam a Deus. As fogueiras, cujas sentenças eram proferidas publicamente, formavam espetáculos de horror.

O herege, elemento crítico e contestador da 'verdade' imposta, deveria ser eliminado. Mas, se o fogo destruía seu corpo nem sempre conseguia destruir suas ideias. Assim mesmo tentava-se. Como? Queimando em praça pública os livros e seu autor avaliados pelos inquisidores como símbolos do pecado. (CARNEIRO, 2002, p. 27)

Assim, sentenciados também eram os livros, que iam para a fogueira como forma de repreensão. Essa ação viria a se repetir séculos mais tarde em diferentes momentos da História. “A queima de obras heréticas não foi uma prática característica apenas da Inquisição medieval e moderna” (CARNEIRO, 2002, p. 28), regimes autoritários viriam a representar essa mesma cena.

O índice de Trento (índice trentino), como passou a ser chamado, foi promulgado em 1564, dando poder aos bispos de concederem licenças de impressão. Nesta nova edição, ao contrário da anterior, mulheres estavam autorizadas a ler, assim como qualquer um que não estivesse apto com leituras em latim.

Depois da década de 1550, a Inquisição limitou-se a censurar os livros depois de publicados, e a expedir licenças de impressão. A falta de diretrizes de avaliação para determinar se uma obra era herética ou não fez com que eles utilizassem diretrizes provenientes de outros países. Mas apesar dessa nova atualização, a situação não ficou tão amenizada, especialmente na Espanha, que em 1558 promulgou um decreto de controle em que:

se prohibia la introducción en Castilla de cualquier libro en español que hubiera sido publicado en otros reinos, se oblogaba a los impresores a solicitar licencias del Consejo de Castilla y se establecia un procedimiento muy estricto para las operaciones de censura. La contravención de cualquiera de estas disposiciones se castigaba con la muerte y la confiscación de los bienes. (KAMEN, 1999, p. 105).

A situação de controle se mostrou tão forte que a liberdade de expressão foi proibida até nas Universidades, onde se decretou a proibição de se lecionar ou estudar no exterior, com exceção das cidades de Roma, Bolonha, Nápoles e Coimbra.

Papa Pio V, sucessor de Pio IV, em 1571 substituiu o Índice de Trento por uma nova congregação que foi promulgada pelo Papa Gregório XIII, sendo nomeado apenas Índice, cujos membros eram provenientes do Santo Ofício. A lista agora se encontrava atualizada e mais rígida. As operações referentes a atualizações e promulgações dos índices que surgiram nesse período se mostram complexas, visto que sob diversos poderes suas cláusulas iam se reformulando a cada novo Papado, e assim como mencionado antes, também estavam sujeitas a especificações distintas de cada país. Até 1606 o Santo Ofício seguiu impondo maneiras de proibição.

O controle também passou a ser feito através de regras de publicação que começaram a ser inseridas no *Index*:

[...] o papa Clemente VIII publicou uma instrução obrigando os livros a exibirem nome e sobrenome do autor, e país de publicação, o que não era comum na medievalidade, que conheceu uma profusão de textos anônimos sobre os quais até hoje se debate a autoria. O objetivo da norma era evidente: através dela, vedava-se a publicação de textos anônimos, permitindo assim identificar e responsabilizar autores, editores e cidades que escrevessem, publicassem e/ou fizessem circular livros hereges, pecadores, sediciosos, etc. (NODARI, 2011 p. 62)

A proibição do anonimato possibilitava o reconhecimento e localização dos escritores e sua posterior punição, a pena de morte foi uma das punições mais severas para editores e escritores. Para Nodari (2011, p. 162) “se enraizou de modo tão forte que aparece até mesmo nas Declarações de Direitos: ao mesmo tempo em que estas garantem a liberdade de expressão, possibilitam o seu reverso, a responsabilização do sujeito que se expressa”. A padronização das obras seria mais uma forma de censura que facilitaria a punição ao responsável.

Tendo como principal objetivo exterminar a heresia, as formas de controle e castigo acabaram por atingir limites além do esperado. Na segunda metade do século XVI, livros de educação cristã foram confiscados, enquanto produções das áreas da ciência e da literatura foram duramente avaliadas e, na maioria das vezes, proibidas. Grandes obras literárias, produzidas séculos antes, passaram a ser consideradas suspeitas. A exemplo, O cancionero, de Petrarca, no original *Il Canzoniere*, escrito no século XIV, foi proibido pelo fato de grande parte da história de Laura, personagem principal, conter cenas de teor sexual. A obra foi reescrita por Girolamo Malipiero até ser mudada quase completamente para se adequar ao conteúdo permitido para disseminação. Outras obras passavam por esse processo de reescritura, perdendo

toda sua essência original. Nessas operações, apenas parte do processo era inclusa na folha de rosto da obra:

las intervenciones eran menos notorias: el título seguía siendo el mismo, se mantenía el nombre del autor, a lo sumo figuraba una precisión de que la edición era ‘con correcta diligencia’ dando a entender no sólo una esmerada revisión textual, sino también un meticuloso control ideológico. (INFELISE, 2004, p. 42)

Outra grande obra literária que passou pelo processo de reescritura foi o Decamerón, de Boccaccio, também do século XIV. A obra reúne 100 novelas que são contadas durante dez dias por abadessas e monges, no original, mas que após a reescritura, foram convertidos em sete moças e três rapazes. A principal justificativa era que jamais se deveria falar mal da ordem religiosa (pessoas consagradas) ou das coisas ditas sagradas. O responsável, Vincenzo Borghini, fez a primeira reescritura em 1573, e em 1582 houve uma nova versão, de Leonardo Salvati, que mudou ainda mais a obra, que além de trocar a cronologia e geografia da história, eliminou todas as alusões e referências anticlericais que ela continha.

Uma das principais provas de incriminação, também nesta época, era a posse de livros. Não necessariamente dos que estavam proibidos por algum índice, mas qualquer um que os possuísse, tornava-se potencial suspeito. Enquanto isso, a leitura popular se alastrava àqueles que não tinham a mesma condição de adquirir exemplares impressos, devido a ampla divulgação de textos em materiais de custo baixo. “Libritos de pocas páginas y de bajo precio, hojas impresas toscamente ilustradas impresionaban la imaginación y suscitaban deseos de aprender”. (INFELISE, 2004, p. 46). Seria esta já uma forma de subversão? De ter acesso aquilo que era proibido? Estes livretos de baixo custo suscitavam também a busca pela alfabetização, que se dava de maneira muito lenta. Ao mesmo tempo, surgia uma preocupação em relação a essas leituras, que eram imprevisíveis, que poderiam ter consequências imprevisíveis, dado o nível de conhecimento e experiência de cada leitor.

Se bien existe siempre una desviación entre el contenido de un texto y el modo y el momento en que es recibido, esa desviación tende a aumentar considerablemente en el caso de lectores menos adiestrados, em los cuales lo escrito induce inesperadas asociaciones de ideas, donde el substrato de la cultura tradicional tiende a fundirse o a enfrentarse con las nuevas señales ofrecidas por la página impresa. (INFELISE, 2004, p. 45)

A ideia era controlar e disciplinar as formas de leitura, induzindo através de ferramentas como o catecismo, decorações prontas, que impedissem a imaginação e a livre interpretação, além de já conter apenas o tipo de ideia que a Igreja queria que o povo internalizasse.

No final do século XVI, as atividades censórias seguiram se desenvolvendo, entre ações intercaladas dos índices e da Inquisição. Os índices de 1664 e 1681 passaram a ordenar as listas por ordem alfabética de título ou autores, e mesmo contendo a máxima de combater a heresia, o foco estava nas obras de magia e misticismo, que incitavam práticas com “perigosas” implicações sociais. Para Carneiro (2002, p. 40) “A fé e a moral cristã sempre se sentiram abaladas por qualquer gênero literário que as questionasse, colaborando para anular as tradicionais normas coletivas e acarretando o rompimento da ordem instituída”. As licenças de permissão de leitura começavam a aparecer, no entanto, o processo para conseguir uma era dificultoso. Como apoio, investigações em livrarias e às pessoas que liam ou possuíam livros proibidos tornou-se uma prática. A Igreja induzia seus fiéis a confessarem uma leitura proibida ou sua posse, e a partir disso, os absolvía. Usava-se o medo como arma.

As práticas de repressão ficaram sob o poder da Igreja até o século XVII, quando o Estado passou a ser o órgão responsável por tomar as principais decisões, deixando as ações da Igreja em segundo plano. Nesta época, quando o século das luzes começava a surgir, os filósofos passaram a ser os mais perseguidos. Obras dos iluministas Diderot, Condorcet, Rousseau e Montesquieu eram censuradas e confiscadas devido ao seu conteúdo “sedicioso”. Questionamentos importantes foram levantados, e isso alertou os reis absolutistas. A censura caía com força novamente numa sociedade que começava a se rebelar, a sair da escuridão.

Durante a segunda metade dessa década, então, começa a surgir a ideia de liberdade de impressão, já que as discussões acerca do tema espelhavam-se cada vez mais pela Europa, nos cafés, universidades, encontros literários e salões de estudo. Com a Revolução Francesa, a liberdade de impressão foi proclamada oficialmente em Paris em agosto de 1789 com a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, ali se estabelecia a livre comunicação de pensamentos e opiniões como um dos bens mais preciosos do homem. (INFELISE, 2004, p. 101). Na Itália, vinha sendo planteado desde que a responsabilidade censória estava sob o poder do Estado; pouco tempo depois da França, a impressão de livros já estava com o decreto de liberdade também. Aos poucos a difusão de informação foi ganhando espaço, muito graças as lutas dos pensadores e estudiosos que reclamavam a liberdade para todos. Liberdade, essa, que seria muito discutida nos séculos seguintes. As variantes históricas de todos esses processos na Europa, que foi o centro de produção de conhecimento, e suas diversas facetas constituem um quadro difícil de reconstrução do tema, que ainda atual, também teve repercussão em outras partes do mundo, em diferentes contextos. É importante lembrar que a censura não terminou com a liberdade de impressão, essa liberdade viria a ser contestada por muitos anos, perdendo seu conceito e muitas vezes, sendo completamente desrespeitada e deturpada, principalmente

em conflitos mundiais, guerras e regimes ditatoriais, como será exemplificado nos capítulos que se seguem.

2.2 UMA REFLEXÃO SOBRE A CENSURA – É PROIBIDO PROIBIR?

A censura é uma engrenagem que sempre esteve presente em todas as relações de poder, servindo, em sua essência, como forma de controle. Considerando essas relações, desde tempos imemoráveis até os dias de hoje, é notável que a censura tem diversas faces que nem sempre se manifestam de forma óbvia, como acontecia nos decretos de proibição de livros na Argentina, por exemplo, que serão vistos adiante. É importante começar lembrando que a censura nem sempre esteve condicionada ao dilema repressão *versus* liberdade, já que é no discurso que ela nasce - e além deste que ela se expande – e dado que as ideias de liberdade e expressão muitas vezes são confundidas.

Considerando variantes históricas, políticas, sociais e literárias, é possível levantar questões que permeiam essas ideias, e também os discursos de poder, processos de coerção e autocensura. Cada conclusão depende do contexto em que ela é aplicada; se observada no âmbito etnográfico, onde em cada país – e época – sua manifestação se deu de formas diferentes, podemos identificar um único objetivo em comum: proibir, mas no âmbito de ensino, mais especificamente em instituições de ensino superior, as normas aplicadas para normalização de trabalhos, que vetam qualquer outro formato que não seja o estipulado no regulamento, tem um objetivo completamente diferente: normatizar. Isso entre os milhares de exemplos que podem ser usados.

Mesmo assim, como forma de proibição aqui entendida, deve ser levado em conta que ela possui nuances que lhe constituem como uma ação-estado. Ação, pois age sobre algo causando consequência, e estado, quando muda a forma, sendo assim, mutável, em virtude de todo seu desenvolvimento histórico e cultural. Para melhor entender a ideia de que a censura é mutável – e fragmentada – um dos conceitos que usarei será da oposição do verdadeiro-falso, procedimento de exclusão exterior do discurso, de Michel Foucault. Aplico a ideia de que os mecanismos de censura

se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõe e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência. (FOUCAULT, 1996, p. 14)

A censura também está em perpétuo deslocamento, em seus diversos estados, assim como a história da qual faz parte, existindo apenas por causa de forças exteriores que a tornam parte de um sistema. No regime ditatorial da Argentina, uma ideologia foi sustentada por um discurso, este, propagava uma verdade legitimada e intransigente, que excluía qualquer oposição a esta verdade, reproduzida através do discurso, criando uma teia circular de dominação.

A ideologia pode ser observada sob dois grandes núcleos: o da doutrina, associado às relações de poder, sob uma concepção crítica, e o das representações de valores produzidos no imaginário social, associado a esfera cultural. Cunhada originalmente em 1801 por Antoine Louis Claude Destutt de Tracy, o termo inicialmente significava a representação de ideias humanas que orientavam uma sociedade. Porém, no decorrer dos séculos, o termo foi estudado por outros vieses e ganhando novos conceitos.

A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se no já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘natural’. Desse modo, resulta que se considera como natural o que é fabricado pela história. (ORLANDI, 1995, p. 100)

No âmbito da análise do discurso, o processo ideológico se dá pelos excessos, e não pela falta, pois o sujeito, condicionado a significar, recebe os sentidos já dados, mas que estão condicionados a interpretação e fatores históricos. Para Orlandi (1995, p. 99) “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia”, pois tanto sujeito quanto forma são determinados historicamente, e acontecem simultaneamente, envolvendo seu processo de constituição e seu desenvolvimento. A interpretação dos sentidos, nesse caso, não é feita pelos seus conteúdos, mas sim, pelo exercício do discurso na produção de seus sentidos.

não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. (ORLANDI, 1995, p. 12)

Se esses sentidos são aceitos como de forma “natural” assim como é natural o que é “fabricado” pela história, a censura inevitavelmente está intrínseca à história, e a sua produção de sentido se revela tanto no discurso quanto nos silêncios que fazem parte dele.

Sua ação, por fim, se dá no impedimento do sujeito de dizer o que pode ser dito, trazendo uma ideia de extenuação da palavra, de limite e de silenciamento. “Submetido a ela, o sujeito não pode dizer o que sabe ou que se supõe que saiba. Assim, não é porque o sujeito não tem

informações ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz. O silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição.” (ORLANDI, 1992, p. 110). Trago Foucault mais uma vez, que apresenta o conceito de interdição como um processo de exclusão. A interdição é a ideia de que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer conjuntura (FOUCAULT, 1996). Assim, a censura transfigura-se também, como um processo de exclusão.

Já como formação discursiva, ela proíbe o sujeito de inscrever-se em outros discursos, de ocupar determinadas posições de sujeito discursivo, pois tem efeitos de fala e de silêncio. Esses efeitos, todos manifestados no discurso, caracterizam a censura como um silêncio imposto por um grupo dominante que intervém na formação e no movimento dos sentidos.

De modo simples, o discurso é constituído pela palavra, mas também, para além dela, se considerarmos os demais componentes que fazem parte da nossa comunicação. Cotudo, a palavra, essencial ao poder, está presente em todos mecanismos censórios, sendo gênese dos processos de controle que tanto abominaram as ditaduras pelo mundo.

Quando faladas ou escritas, as palavras exercem poder. De fato, o poder da fala opera de maneiras que não são fundamentalmente distintas das ações comuns no mundo cotidiano. Atos de fala, tais como entendidos pelos filósofos linguísticos, têm a intenção de produzir efeitos em seu ambiente; e, quando assumem a forma escrita, não há motivos para associá-los exclusivamente à literatura. (DARNTON, 2014, p. 14).

Robert Darnton (2014) nos mostra que a palavra exerce poder, logo, o discurso exerce poder também, principalmente quando afeta o outro, ou quando o desejo daquele que faz o discurso é atingido. Para Foucault (1998, p. 10) “o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo; é também aquilo que é o objeto de desejo [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta”. Darnton (2014) segue com a ideia de que, para alguns teóricos, a censura é vista como a “violação de um direito”, para outros, como parte indispensável do individual e do coletivo, sendo impossível distingui-la dos outros tipos de coerção. É válido relembrar as respostas dadas pelos alunos de Darnton (2014) sobre o que é censura em seu livro *Censores em Ação*. De acordo com elas, censura pode ser desde as classificações das coisas ao silêncio, passando pelo uso ou não uso de gravatas e pelas leis de proteção a algo ou alguém, em contrapartida, o autor defende que a censura não pode ser banalizada:

Se o conceito de censura for estendido a tudo, não significa nada. Ele não deveria ser banalizado. Embora eu possa admitir que o poder é exercido de muitas maneiras, creio que é crucial distinguir entre o tipo de poder que é monopolizado pelo Estado (ou outras autoridades constituídas, como organizações religiosas, em certos casos) e o

poder que existe em toda a parte na sociedade. A censura como a compreendo é essencialmente política: é exercida pelo Estado. (DARNTON, 2014, p. 281).

Neste trabalho, ressalto que o conceito de censura escolhido, que permeou a pesquisa toda, foi o mesmo que Darnton defende, dado o contexto político e os procedimentos utilizados pelo Estado durante a ditadura argentina.

Se o discurso foi uma das principais armas para viabilizar as formas de censura durante a ditadura, como era constituído esse discurso? De que forma ele se apropriava da linguagem em seu benefício?

Si algo distingue al facismo y al imperialismo como tácticas de infiltración es precisamente su empleo tendencioso del lenguaje, su manera de servirse de los mismos conceptos que estamos utilizando aquí esta noche para alterar y viciar su sentido más profundo y proponerlos como consignas de su ideología. Palabras como patria, libertad y civilización saltan como conejos em todos sus discursos. (CORTÁZAR, 1984, p. 65)

A censura não existe por si só, ela é parte de um todo que necessita de outras partes para que possa funcionar – por isso o termo engrenagem –, fazendo então componente de uma rede de ligações que permitem visualizar todas as formas de vigilância e restrição as quais somos submetidos, às vezes sem nem perceber. Por isso é necessário separar o pensamento da ação, pois além de não existir uma lei que proíba o ato de pensar, a censura só é reconhecida quando decretada através de aparatos jurídicos legalmente, tornando-a palpável e concreta para a sociedade, ou seja, fazendo com que os indivíduos acreditem nela e a temam. Para Goés (2015, p. 96) “Os aparatos jurídicos são apenas uma parte dos efeitos visíveis do poder instituído, são importantes e reconhecidas manifestações na superfície. Porém, liberdade e censura não se prendem ao viés legal”, em contraposição, a censura que ataca, oprime e priva o indivíduo só tem efeito quando sob poder do Estado, quando sob os termos da lei. Assim sendo, há a censura que está nas mãos da ordem legislativa e a censura que está em um vácuo entre a liberdade e a liberdade de expressão.

A liberdade de expressão muitas vezes é confundida com liberdade. A primeira, de modo geral, está vinculada com a liberdade que um indivíduo tem em participar das decisões políticas na sociedade a qual pertence, sendo legalmente reconhecido; é a liberdade democrática, a liberdade de ser sujeito e ter consciência no âmbito político e social, e de ter o direito de manifestar sua opinião referente ao sistema público. Já a segunda, é um termo de difícil definição, que na maioria das vezes, é associado a ideias liberais, ao livre arbítrio, e a condições que pressupõe valor humano, individualismo e moralismo. Para Mikhail Bakunin

(1975) a liberdade é um fato coletivo, e não individual, pois a liberdade do homem é produto de um trabalho social, já que sozinho, o homem não seria capaz de ser livre isolado.

Imaginem o homem dotado pela natureza com as faculdades mais geniais, afastado desde tenra infância da sociedade humana, num deserto. Se ele não percesse miseravelmente, o que seria o mais provável, ficaria um bruto, um macaco privado da palavra e do pensamento, - pois o pensamento é inseparável da palavra: ninguém consegue pensar sem linguagem. Mas o que é a palavra? É a comunicação, a conversação dum indivíduo com outros indivíduos. [...] A sua individualidade humana, a sua liberdade, é pois o produto da coletividade. (BAKUNIN, 1975, p. 23).

Se o homem se isola, ele acaba por calar-se, acaba por ser privado da palavra e do pensamento; sozinho, sem o contato social, tem uma existência nula, sem conhecimento, sem comunicação. E o que seria de um homem sem a palavra? Certamente não seria livre. Bakunin reforça que as interações sociais são necessárias para a liberdade, a palavra é essencial para a liberdade. Tão forte é isso, que como fato, em grande parte das ditaduras pelo mundo, temos a censura da palavra, intuindo a ideia de uma nação liberta, mas sem o direito dela. A ideia de liberdade pregada tinha um outro conceito, diferente daquele conhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo 19, onde o sujeito “tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, diferente de qualquer ideal de liberdade que permita que um indivíduo seja, afinal, livre.

Durante a ditadura de Jorge Rafael Videla, pode-se dizer que a liberdade foi usada a favor do próprio governo, induzindo o povo com uma ideia de liberdade restrita e coercitiva, que fazia grande parte acreditar que era, de fato, um cidadão livre. Para melhor entender este “uso” da liberdade, trago a percepção da filósofa Judith Butler:

Uma norma na qual a ‘liberdade’ se transforma não só no meio de coerção, mas também naquilo que poderia ser chamado de ‘*jouissance* da tortura’. Se perguntarmos que espécie de liberdade é essa, a resposta é que é uma liberdade que está livre da lei ao mesmo tempo que é coercitiva. Trata-se de uma extensão da mesma lógica que coloca o poder estatal, e seus mecanismos de violência, como algo acima da lei. Não é uma liberdade que pertença ao discurso sobre os direitos, a menos que entendamos o direito de estar livres de toda a responsabilidade como o direito em questão. (BUTLER, 2016, p. 188).

A liberdade é distorcida para ser usada em benefício próprio, o Estado se apropria de um conceito manipulado impondo uma ideia falsa de liberdade através de uma nova ideologia, restrita e violenta. A autora, nesta mesma obra, também questiona a precariedade das vidas e

questiona o que faz uma vida ser considerada vida e por quê algumas vidas são respeitadas e outras não? Questionamento, esse, que cabe muito bem no contexto das ditaduras.

Considerando que toda ação gera uma reação, é importante finalizar com o fato que a censura teve respostas, e estas respostas vieram de reações contrárias às suas concepções. Neste sentido de controvérsia, Eni Orlandi faz a distinção censura/resistência. Entra aí o discurso político, que traz assim como Foucault, a ideia do verdadeiro e falso na linguagem, ou seja, a questão de credibilidade da palavra – a diferença do que está sendo dito para o conteúdo do que está sendo dito e a compreensão gerada no outro.

3 ANTECEDENTES DO GOLPE DE 1976 NA ARGENTINA

A ditadura é um costume da infâmia: uma máquina que te faz surdo e mudo, incapaz de escutar, impotente para dizer algo e cego para o que está proibido olhar.²

A partir da década de 1930 a história da Argentina foi caracterizada por uma série de golpes militares que se estenderam até o último – e mais devastador – em 1976, cujo término foi apenas há 34 anos, em 1983. Este período ficou conhecido como “Década Infame” e “expresó el sentimiento de frustración nacional que se apoderó del país en esos años” (CASTELLANOS, 2000, p. 20). Iniciava-se, assim, uma fase marcada por governos de ordem oligárquica e conservadora que, entre ascensões e fracassos, criaram uma identidade de desânimo e resignação no povo argentino.

3.1 AS DÉCADAS DO PERONISMO

Nos anos 1940, surgiu no cenário político a figura contraditória de Juan Domingo Perón, que viria a ser o político mais reverenciado e depreciado da história da Argentina. Nesta época, Perón era chefe do Departamento Nacional do Trabalho, e vinha ganhando popularidade junto aos trabalhadores. Após a derrocada do presidente Ramón Castillo em 1943, o golpe que veio a derrubar o governo vigente legalmente constituído antes do primeiro mandato de Perón ficou conhecido como a Revolução de 43. Este golpe instaurou uma ditadura militar que durou até 1946, quando Perón foi eleito pela primeira vez através de eleições, ao lado de sua esposa Eva Duarte, que se mostrou ativa na política e que foi responsável por conquistar grande parte dos partidários de Perón. Evita, como era chamada, foi uma figura pública que teve muita influência no povo argentino, pois além de seu carisma, trabalhava de perto com a classe menos privilegiada; criou a Fundação Eva Perón – responsável pela construção de simples casas para os moradores de rua, elaborou programas de apoio infantil, e criou o Partido Peronista Feminino, onde em 1947 promoveu uma lei que permitia o direito de voto às mulheres.

O Peronismo também era chamado Partido Justicialista. Mesmo de caráter autoritário, esse governo legitimou o movimento sindicalista, ampliou os direitos políticos às classes trabalhadoras, garantiu o direito de voto às mulheres e tornou a Universidade acessível a todos.

² Do livro “Dias e noites de amor de guerra” do escritor Eduardo Galeano.

[...] el peronismo fue un fenómeno caudillista – lo que coincidió con sus rasgos más autoritarios - , con un lenguaje populista, cuyo aspecto más importante fue la conformación de su base de apoyo en las masas trabajadoras de origen criollo, sector social ignorado hasta entonces por las demás fuerzas políticas. Esse hecho inauguro una época en el país, pues, sin tratarse de un movimiento socialista propiamente dicho, dio a Perón una fuerza política propia, que le permitió controlar y/o conciliar a las diferentes clases dentro de un proyecto político más o menos nacionalista. (CASTELLANOS, 2000, p. 32).

O peronismo apresentava forte influência do fascismo e do nazismo, tinha em sua filosofia ideais como o nacionalismo, a ideia do Estado como centro de organização econômica e política da sociedade, e o conservadorismo, em síntese, “[...] una combinación de militarismo con proletarismo y cristianismo, de autoritarismo con democracia, de nacionalismo y estrañería”. (CASTELLANOS, 2000 p. 32), elementos heterogêneos que entravam em contraposição com o apoio dado às classes trabalhadoras, ignoradas até então pelos governos anteriores.

[...] El Estado era una entidad ubicada por encima de los intereses individuales y representante de los de la comunidad; la patria o la nación, algo puramente espiritual, cuyas esencias provenían del origen del país, del Evangelio y las armas. El justicialismo surgió de esa peculiaridade, una originalidad que Perón trató de acentuar como propiamente argentina. (CASTELLANOS, 2000, p. 33).

Desde essa época, o exército tinha grande importância na política argentina. Em 1945, por exemplo, algumas instituições de ensino superior foram fechadas por causa do ativismo dos estudantes, e os militares eram os responsáveis pelo controle das ações de repressão. Podemos dizer que os dois grandes pilares que sustentavam o regime eram o exército e a Confederación General del Trabajo (CGT), “[...] se créo una estructura sindical específica centralizada, que abarcaba las ramas locales y ascendía, por intermédio de federaciones nacionales, hasta una única central [...]” (JAMES, 2010, p. 21), sob a supervisão Estado, enquanto o Ministério do Trabalho, era a autoridade estatal responsável por reconhecer o direito dos sindicatos e realizar negociações com os trabalhadores

Mientras la expansión en gran escala de la organización sindical aseguraba el reconocimiento de la clase trabajadora como fuerza social en la esfera de la producción, durante el peronismo también se asistió a la integración de esa fuerza social a una coalición política emergente supervisada por el Estado. (JAMES, 2010, p. 23).

Esta expansão sindical proporcionou a regularização de salários e direitos aos proletariado, como a licença doença, a licença maternidade e as férias remuneradas. A nova

estrutura de organização trabalhista também ajudou no desenvolvimento da união dos trabalhadores, o que deu força ao movimento.

Em resposta ao Congresso, em 1948, quando o peronismo foi instaurado oficialmente, Perón o definiu da seguinte maneira:

El peronismo **es humanismo en acción**; [...] es una concepción en lo social, que iguala un poco a los hombres, que les otorga iguales posibilidades y les asegura un porvenir para que en esta tierra no haya ninguno que no tenga lo que necesita para vivir [...], procura que todo lo argentino sea para los argentinos y que se reemplace la política económica que decía que ésta era una escuela permanente y perfecta de explotación capitalista por una política de economía social donde la distribución de nuestra riqueza [...] pueda distribuirse proporcionalmente entre todos los que intervienen para realizarla con su esfuerzo. Eso es peronismo. Y el peronismo se siente o no se siente. **El peronismo es una cuestión del corazón más que de la cabeza.** Afortunadamente, yo no soy de los presidentes que se aíslan sino que vivo con el pueblo como he vivido siempre; de manera que comparto con el pueblo trabajador todas sus vicisitudes, todos sus éxitos y todos sus fracasos. Yo siento íntima satisfacción cuando veo que un obrero va bien vestido o asiste con su familia al teatro. Estoy entonces tan satisfecho como me sentiría yo en la misma situación del obrero. Eso es peronismo. (PODERTI, 2011, p. 98).

Perón conquistou os trabalhadores, alavancou a economia do país, mas em meio a um regime militar também teve seus opositores e seus fracassos, que se manifestaram mais fortemente na continuação de seu governo.

Em seu segundo mandato, em 1952, marcado por uma forte crise econômica, Eva Perón se candidatou a vice-presidência, a qual não foi bem recebida pelo exército. “Os militares a obrigam a desistir da candidatura, organizaram uma rebelião, que foi sufocada, mas era a primeira manifestação de descontentamento das Forças Armadas”. (RODRIGUÉZ, 2006, p. 23). Em meio à crise e as greves operárias que iam se alastrando, o ápice da queda de Perón se deu com a morte de Evita, no mesmo ano.

A instabilidade generalizada culminou em um novo golpe de estado, em 1955, que depôs Perón, mandando-o para o Exílio na Espanha. O golpe ficou conhecido como a Revolução Libertadora, e foi liderado pelo general Eduardo Lonardi.

A década de 1960 também foi conturbada enquanto Perón e seus aliados planejavam a sua volta à Argentina. Em 1973, o peronista Héctor Cámpora foi eleito presidente, restituindo o peronismo e fazendo com que Perón retornasse ao país, articulando sua candidatura para a próxima eleição. No entanto, dezoito anos depois, seu governo já não tinha o mesmo peso de outrora. Doente, veio a falecer em 1974, deixando um país fragmentado nas mãos de sua atual esposa, Isabel Martínez Perón, que tomou posse em seu lugar, tornando-se a primeira mulher presidenta da Argentina.

Durante o mandato de Isabel, surgiu um sentimento de oposição ao governo. Protestos de rua e demais manifestações representavam esse descontentamento. Organizações guerrilheiras armadas como o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os Montoneros, apareceram em oposição aos militares, as oligarquias e a influência dos EUA na América Latina. Junto ao seu conselheiro José López Rega, Isabel criou a Aliança Argentina Anticomunista (Triple A), cujo intuito era eliminar esses grupos revolucionários, que cada vez mais atacavam seu governo.

Para sobreviver à sucessão de ataques, Isabelita decretou, em 6 de novembro de 1974, o estado de sítio e convocou os militares para a aplicação deste estado de exceção. Naquele ano, pelo menos 178 assassinatos por motivos políticos já tinham ocorrido no país. (SEVERINO, 2013, p.6)

Os grupos rebeldes organizavam ataques de variadas dimensões que dificilmente eram controlados. Guerrilhas estouravam em várias partes do país, o que fez com que os militares exigissem a troca de comandante, elegendo Jorge Rafael Videla. De acordo com Severino (2013, p. 9) Videla fazia gosto em dizer que “não era um peronista e sim um soldado”. A luta contra a subversão se mostrou tão forte que em 1975 foi decretada uma resolução que concedia poder ilimitado às Forças Armadas para dar fim a qualquer elemento opositor ou subversivo no país.

A fatídica data de 24 de março de 1976. O comandante Videla deu um golpe de Estado tomando o poder, iniciando assim, um governo de terror e brutalidade que jamais foi esquecido. Foi dado início à jornada de sangue.

El objetivo que perseguía Videla era aplastar los movimientos subversivos y restablecer el orden social; gran parte del público y la prensa argentinos le dieron su apoyo. De este modo, durante lo que el régimen etiquetó con el eufemístico nombre de Proceso de Reorganización Nacional (conocido como “el Proceso”), las fuerzas de seguridad recorrieron el país arrestando, torturando, violentando y matando a cualquiera que constara en su lista de sospechos izquierdistas. (CLARCK, 20--, p. 36)

A Junta Militar que passaria a governar o país era composta pelo comandante Jorge Rafael Videla, o almirante Emílio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti. Este grupo desenvolveu e implementou uma política de terror que foi se espalhando rapidamente, consequência de uma série de crises políticas que foram se alastrando desde a deposição de Perón em 1955. As palavras do governador Iberico Saint Jean (1977) não poderiam definir melhor os anos que se seguiriam: “Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores. Depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes”!

Figura 1: O ditador Videla rezando em uma missa na Capilla Stella Maris, em 1981.



Fonte: Fotografia de Eduardo Longoni, 1981.

3.2 ARGENTINA – PÁTRIA FUZILADA

Agora os salários valem a metade. Os desocupados se multiplicam. Estão proibidas as greves. As universidades retornaram à Idade Média. As grandes empresas multinacionais recuperaram a distribuição de combustíveis, o comércio da carne e dos cereais. O novo código permite levar a tribunais de outros países as disputas entre empresas e a nação. Foi revogada a lei de investimentos estrangeiros: agora podem levar o que quiserem.

Na Argentina se celebram cerimônias astecas. A que deus cego se oferece tanto sangue? Pode-se impor, por acaso, este programa de movimento operário mais bem organizado da América Latina sem pagar o preço de cinco cadáveres por dia?³

8.961 mortos.⁴

Foram oito anos de uma ditadura que atacou duramente a sociedade argentina. “Quince mil desaparecidos, diez mil presos, quatro mil muertos, decenas de miles de desterados son la cifra desnuda de ese terror”. (WALSH, 1977). O regime de Jorge Rafael Videla afetou não só a política do país, mas toda uma história que seria construída sobre as ruínas deixadas após o seu mandato. Alguns números são incertos, mas o massacre começou antes do golpe ser

³ Trecho do livro “Dias e Noites de Amor e de Guerra” do escritor Eduardo Galeano.

⁴ Dados levantados pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP)

instaurado oficialmente. Em poucos dias de governo, já era contado mais de vinte mortes políticas e aproximadamente 1.800 prisões. (SEVERINO, 2013, p. 15).

Vidas foram descartadas em nome de uma ideologia que era sustentada por discursos que pregavam o fim da corrupção e da subversão. Essas vidas, sob o olhar estatístico, contabilizaram dentro de seu saldo 250 desaparecidos entre os 13 e 18 anos de idade. Entre 1,5 mil e 2 mil políticos foram jogados no Oceano Atlântico nas operações conhecidas como “Vãos da morte”⁵. Resta perguntar-se: Quanto vale uma vida?

Nossa capacidade de reagir com indignação depende de um tácito reconhecimento de que existem vidas dignas que foram feridas ou perdidas no contexto da guerra, e de que nenhum cálculo utilitário pode fornecer a medida para se avaliar o desamparo e a perda dessas vidas. (BUTLER, 2016, p. 86).

Apesar das estatísticas que chocam, a perda dessas milhares de vidas jamais será justificada; enquanto processos ainda são desenterrados para punir os envolvidos nos casos de crime de lesa humanidade, vidas continuam sendo destruídas, vidas continuam sendo desrespeitadas.

O início da ideologia se deu no seio das Forças Armadas, e recebeu o título de Processo de Reorganização Nacional

O golpe que instaurou o *Proceso* não era mais um capítulo de uma série de intervenções militares que marcaram a história argentina desde a década de 1930, mas sim um regime que pretendia produzir mudanças irreversíveis em todas as áreas do Estado. (SOCA, 2016, p. 29).

Os principais objetivos dessa reorganização eram promover a ordem e a segurança social e “remover um governo impopular e desmoralizado pela sua corrupção, embora tendo sido legalmente eleito”. (FERNANDEZ, 2011, p. 165). Com o apoio da Igreja, dos setores de elite empresariais, das influências internacionais, mais especificamente os Estados Unidos da América, e de uma parte da população que acreditava no golpe como uma solução política, logo os militares arquitetaram formas de dar fim a todos sujeitos considerados “subversivos”. As táticas desenvolvidas para eliminar a oposição combinaram métodos legais e ilegais, na busca da formação de uma sociedade obediente e submissa. O povo se viu encurralado, qualquer partido ou crença de valores esquerdistas ou revolucionários englobaram um quadro de suspeitos onde também estavam pessoas de ordem marxista, comunista ou anarquista, assim como

⁵ Dados retirados da obra “As Garras de Condor”, de Nelson Mariano, publicado em 2003.

os grupos armados de esquerda, principalmente o ERP e os Montoneros (mas também outros grupos menores) que podem ter atingido algo em torno de 2000 ou 3000 combatentes (no seu auge e somados todos os grupos) e talvez uns 50000 simpatizantes, sendo que os Montoneros eram, de longe, o grupo mais numeroso, e que, em determinado momento histórico, contou com forte apelo popular em virtude do peronismo. (FERNANDEZ, 2011, p. 167).

Entre esses grupos guerrilheiros, os Montoneros foram um dos mais conhecidos. O grupo surgiu no final na década de 1960, e era comandado pelos jovens Mario Firmenich, Fernando Vaca Narvaja e Roberto Perdía. Descontentes com a situação atual do país, lutavam pelos direitos do povo e pela volta de Perón que fora deposto no golpe de 1955. Ativistas, lutadores e impetuosos, realizavam manifestações sociais de grande impacto, estratégias de organização e luta e ataques contra o inimigo. O desenvolvimento do grupo é algo complexo e, muitas vezes, contraditório. O uso da violência, planos de sequestro de inimigos e assassinatos premeditados causaram uma impressão não muito positiva ao povo, menos ainda a Perón, que quis afastar o grupo dos movimentos políticos. O jornalista Rodolfo Walsh fez parte do grupo, que manteve-se na resistência quando o golpe foi instaurado.

O Processo de Reorganização Nacional utilizou-se do terror como instrumento a partir do próprio Estado. Com a intenção de aplicar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), assim foi instalado o Terrorismo de Estado (TdE) pela primeira vez na história dos regimes militares da Argentina. Para Padrós (2007), o TdE

é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados (...) o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, assim como modernos recursos de persuasão e de dissuasão, o que inclui o uso de novidades tecnológicas no campo da contra-insurgência. (PADRÓS, 2007, p. 1).

O TdE pressupunha a “interrupção da vida democrática” (PADRÓS, 2007, p. 4) dando direito ao livre uso da violência como principal medida de controle, usando o medo contra o povo como principal arma. As medidas mais comuns foram a censura, a tortura física e o extermínio de pessoas que se encaixassem no quadro da “subversão”. Utilizavam-se de métodos ilegais, que, na teoria, infringiam os Direitos Humanos, e que em não raros casos, eram cometidos de forma clandestina, permitindo todo o tipo de barbárie.

a sistemática de desaparecimento de pessoas, da forma como foi apresentada, e o uso da tortura como forma de obter informações dos que estavam sob o poder da repressão, especificamente do uso da *picana* elétrica, são inventos argentinos, “contribuições” destes militares que se preocuparam em desenhar um modo particular de agir, baseados em outras experiências. (SOCA, 2016, p. 39).

Figura 2: Madres de Plaza de Mayo reprimidas por la caballería en plena dictadura militar, 1982.



Fonte: Fotografia de Eduardo Longoni, 1982.

As palavras “extermínio” e “aniquilamento” não eram usadas como metáforas ou como blefe:

O aniquilamento remete ao extermínio físico dos opositores, ou seja, não só sua perseguição e reclusão, mas seu assassinato, e posterior desaparecimento do cadáver. Para atingir esse objetivo, obviamente os militares não poderiam utilizar-se dos mecanismos de repressão clássicos do Estado de Direito, quer seja a polícia, as Forças Armadas ou o sistema penitenciário. (SOCA, 2016, p. 31).

O uso da tortura era sistemático para obter informações dos acusados. Quando a ação não obtinha o resultado esperado, a vítima era morta, e o corpo, muitas vezes, eliminado e jamais encontrado. Assim se dava a execução das estratégias de implementação do terror, através da imposição do medo, da obediência imposta e do castigo. Infelizmente, a rigidez deste governo fez com que muitas pessoas não buscassem nenhuma alternativa a não ser se submeter ao governo, para não perder a vida. Mas em contrapartida, era uma vida com tanto temor que não passava de mera existência.

As práticas elaboradas visavam atingir aqueles que se colocavam contra o governo ou que se mantinham neutros. O quadro englobava estudantes, dirigentes sindicais, jornalistas, escritores, e qualquer outra profissão que fosse considerada duvidosa, como exemplo, os psicólogos e sociólogos. Não bastasse, os familiares dos suspeitos também eram alvo de perseguição e espionagens. No âmbito das práticas de controle, a ditadura

aplicou interrogatórios mediante choques elétricos, afogamentos e outras torturas. Montou campos de concentração para confinar prisioneiros políticos. Autorizou o fuzilamento. Ocultou cadáveres, atirando as vítimas em alto-mar ou queimando carnes humanas em imensas fogueiras. (MARIANO, 2003, p. 36).

Todas as ações repressivas totalizaram números e histórias inacreditáveis. Foram contabilizados 340 campos de concentração, e, antes do golpe, 600 sequestros, dentro dos sequestros conseguintes, nem crianças e adolescentes foram poupados; estima-se que 250 jovens entre 13 e 18 anos desapareceram. Esses dados foram levantados pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), criada em 1983, sob organização do escritor Ernesto Sábato, com o objetivo de investigar e intervir no desaparecimento das milhares de pessoas durante a ditadura. No livro de Ernesto Sábato, “Nunca Más”, o levantamento de relatos através de árdua pesquisa realizada pela CONADEP comprovam as barbaridades que foram cometidas na época.

As ações de sequestro consistiam em uma metodologia prática e cruel. Geralmente, realizados durante a noite e madrugada, os grupos de sequestradores arquitetavam o processo antes da aplicação e eram formados de seis a oito integrantes que possuíam grande quantidade de armas e aparatos. Os grupos eram formados por indivíduos que, na maioria das vezes, estava vestido de civil, sem disfarces. O procedimento básico era cortar a energia elétrica na rua da moradia da vítima ou esperar que a mesma saísse do trabalho ou de algum outro compromisso, e emboscá-la em alguma armadilha. No caso das invasões domiciliares, os familiares eram presos, amarrados ou algemados, obrigados a assistir o sequestro do condenado. Estes sequestros também eram conhecidos como “chupada”. Em alguns casos, grupos de até cinquenta indivíduos cercavam a casa do suspeito, usando megafones e até helicópteros. Quando o sequestro era domiciliar, os pertences da casa eram roubados, ou destruídos. Grande parte desses sequestros aconteceram em casa (62%) ou nas ruas, em plena luz do dia (24,6%).⁶

Após o sequestro ilegal, via de regra realizado no “nevoeiro da noite”, o sequestrado era encaminhado para um CDD, onde teria início um verdadeiro martírio, que incluiria inúmeras sessões de tortura, com a utilização sistemática da picanha [instrumento usado para dar choques elétricos no corpo da vítima] e a total privação sensorial e motriz, pois permaneceria o tempo todo encapuzado e com as mãos amarradas. (SOCA, 2016, p. 39).

Para chegar até as vítimas, uma lista extensa continha classificações para facilitar o reconhecimento dos potenciais inimigos. Esses grupos, de acordo com Fernandes (2011) eram classificados como os combatentes, os ideólogos, os colaboradores e os simpatizantes. O controle dos meios de comunicação teve grande importância. Foram proibidos os partidos

⁶ Dados retirados da CONADEP no livro *Nunca Más* de Ernesto Sábato, publicado originalmente em 1984.

políticos, os sindicatos e qualquer ação trabalhista, e a censura que surgia controlava a imprensa e as rádios.

Estava sendo formada uma sociedade não-pensante, sem o direito da voz, “a negação da possibilidade de pensar, de sentir e de expressar os sentimentos, de criar, reduz a vida a uma existência sem sentido”. (SOCA, 2011, p. 40). Cada cidadão vivia uma vida externa e uma vida interna, adaptando-se ao novo modelo imposto, sendo obrigado, e pior que isso, obrigando-se a aceitar a nova ideologia afim da preservação de uma vida normal. Normal apenas nos termos dos torturadores e assassinos que comandaram essa fase de desgraça. Enquanto famílias tentavam levar sua rotina de forma adequada e regulada, outras famílias levavam sua vida com o medo e a saudade dos entes ou amigos que estavam desaparecidos ou em colônias de tortura.

Diversos centros clandestinos foram espalhados pela Argentina e arredores com a finalidade de operar as ações de tortura.

Uno de los centros más famosos fue el de la ESMA (Escuela de Mecánica Armada) situada en Buenos Aires capital, la cual albergó a más de 5000 desaparecidos. Una vez torturados, el tercer paso consistía en llevar a los secuestrados al confinamiento en las cárceles improvisadas dentro de los centros clandestinos. Por último, se llevaba a cabo la ejecución de los secuestrados. (ROJAS, 2014, p. 53).

Inocentes perderam a vida por expressar sua opinião e exigir seus direitos. O aniquilamento não se restringia a eliminação física de uma pessoa, abarcava também o desaparecimento do cadáver. A morte foi uma constante no decorrer da ditadura, uma consequência provinda de torturas, fuzilamentos (às vezes em massa), afogamentos, asfixia, choque elétrico, entre demais atrocidades, que serviam para adaptar o comportamento do povo à obediência total, erradicando qualquer tipo de oposição.

Parte do plano era repreender movimentos sociais e manifestações culturais de cunho revolucionário ou crítico. Para viabilizar essas proibições, a censura teve um importante papel. O controle sobre toda e qualquer atividade intelectual e artística provinha do medo de uma sociedade pensante. Uma sociedade que pensa faz revolução, contesta. Uma sociedade que pensa, não se cala, não obedece, não reconhece autoridade nenhuma que viole os direitos humanos. Essa sociedade, por ora, estava amordaçada.

4 NAS AMARRAS DA CENSURA – UMA GERAÇÃO DE SILÊNCIO

Mas quantos são desterrados dentro das fronteiras do próprio país?

Que estatística registra os condenados à resignação e ao silêncio?

*O crime da esperança não é pior que o crime das pessoas?*⁷

O livro, objeto tão simples, foi visto como inimigo. E todo inimigo junto com seus aliados deveria ser destruído. Se um dos focos de destruição foi o livro, todo o contexto que o cercava tornou-se passível de perseguições. As bibliotecas, responsáveis por toda difusão e acesso à informação, sofreram uma censura que custou, em casos específicos e extremos, sua própria existência enquanto órgão cultural. Muitas delas deixaram de ser parte fundamental nas atividades de leitura para tornarem-se parte fundamental nas atividades de censura, informando aqueles que a procuravam com livros mudos e fazendo nascer, assim, uma geração de silêncios.

Existia uma avaliação política do livro, e depois a censura, que era uma ferramenta de controle nas mãos do Estado, que sabia muito bem o que estava fazendo. (INVERNIZZI, 2007). Controlar o conteúdo ideológico dos meios de informação tornou-se uma práxis que afetou toda uma década de produção literária e de conhecimento. Tudo e todos que proviessem do meio intelectual eram potenciais suspeitos, “un libro, un evento, un escritor, un artista, un intelectual eran sometidos a una investigación y a un análisis que se volcaban en registros o expedientes”. (DELGADO, 2008, p.5). Desde obras infantis até a literatura, passando pela filosofia, ciências sociais e demais áreas do conhecimento que instigam o pensamento, a proibição de leituras e a restrição de acesso a documentos tornou-se uma das principais chaves para a doutrinação das pessoas. Manipular informação e censurar livros parecia a solução ideal, já que o perigo do livro estava na capacidade de criar um cidadão bem informado. “Como nenhuma outra criação humana, os livros tem sido a maldição das ditaduras”. (MANGUEL, 2005, p. 315). Além do mais, entre a riqueza de conteúdo que um livro pode conter e a capacidade de interpretação de um indivíduo, há toda uma reação que pode ser gerada, um movimento, um incômodo, que tem a capacidade de mudar realidades e percepções:

Dado que ninguna persona lee lo mismo que otra, la carga de subjetividad y de conocimientos y de conocimientos previos configuran un entendimiento diferente de lo leído para cada ser humano. [...] Es aquí donde entra en juego el poder de la subjetividad de cada lector, porque la lectura genera una nueva conciencia, una capacidad de construcción de discurso crítico, un nuevo entendimiento de la realidad

⁷ Do livro “Dias e noites de amor de guerra” do escritor Eduardo Galeano.

que nos rodea y de las posibilidades de modificarla, más allá de la autoridad y del poder dominante. (BOSSIÉ, 2006, p. 12)

No que tangia a aplicação da ação desses órgãos, todos os setores acabavam por sofrer alguma intervenção. No âmbito educativo, mais especificamente em escolas, o material disponibilizado ao aluno sofria uma censura prévia. O controle era feito para evitar que livros que contivessem ideais libertários e revolucionários ou até mesmo considerados a favor do marxismo, do comunismo e todas ideologias que desconstruíam os valores da Reorganização, chegassem às classes. Pais e professores recebiam um manual intitulado “Subversión en el ámbito educativo (conozcamos a nuestro enemigo)” para que pudessem identificar qualquer material de leitura subversivo. A censura de livros infantis, principalmente, se mostrava necessária, pois era obrigação do Estado preservar a infância, mantendo as crianças longe de livros que pudessem corromper valores como a família, a religião e a pátria.

O controle também chegava às bibliotecas e editoras, que sofriam diferentes inspeções minuciosas. Muitas foram fechadas, em outros casos, editores desapareceram ou se exilaram. Algumas bibliotecas foram até mesmo queimadas, como o caso da Biblioteca del Centro Argentino de Ingeniería, a Biblioteca Popular Enrique Rodó, y la Facultad de Teología, todas estas apenas na cidade de Buenos Aires.

A produção intelectual estudantil sofreu uma grande estagnação nessa época. Títulos importantes para a formação de alunos, mesmo de origem estrangeira, foram tirados de circulação. Entre esses títulos, “El marxismo”, de Henri Lefbvre, “Sobre algunas cuestiones relativas al camino polaco hacia el socialismo”, de Oskar Lange, e “De la colonia a la revolución, de Rodolfo Puiggrós.

Os critérios da censura eram específicos em cada caso, tanto que avaliações e expedições de listas de materiais que deveriam ser proibidas não eram realizadas diretamente pelos militares, mas sim, por pessoas qualificadas:

Contrariamente a una creencia vigente hasta hoy, según la cual la censura o la quema de libros eran actos más bien irracionales realizados por militares sin conocimiento ni capacidad de evaluar las producciones culturales, los informes fueron realizados por personal calificado, según un plan sistemático, político, de represión y producción cultural: se asignaron estas tareas a sociólogos, abogados, profesores de universidades católicas y especialistas en diversas áreas del conocimiento [...]. (DELGADO, 2008, p. 5)

As avaliações destes censores às vezes poderiam ser positivas. Uma obra recomendada por eles pressupunha que seria uma “boa influência” para o povo no sentido de serem favoráveis às ideologias do governo, considerando que os leitores poderiam ser facilmente manipuláveis.

Diante de tantas formas de controle, entre medidas formais e não formais, que sujeitavam prisões e desaparecimentos, a produção cultural da época foi duramente afetada, mas isso não impediu que após o final do golpe, materiais surgissem à tona, que artistas, jornalistas, compositores, escritores, estudiosos manifestassem seu apelo através de suas produções e pesquisas. Guerreiros que lutaram para perpetuar suas vozes, a história de um país e a força da arte e do conhecimento.

As listas de restrições e vigílias minuciosas fecharam muitas portas; alguns, por valentia, inventaram maneiras diversas, junto aos seus, de continuar mantendo os livros proibidos em circulação, mesmo que de forma clandestina. A luta pela preservação do conhecimento mostrou-se criativa. Bibliotecários, escritores, leitores e editores arriscaram suas vidas desde a elaboração de estratégias para salvaguardar todo tipo de documentos, até os atos mais simples, como esconder um livro censurado em suas casas, debaixo do colchão ou dentro da caixa d'água (BOSSIÉ, 2009, p.9). No caminho sinuoso da censura literária até os casos de limpezas em bibliotecas escolares, universitárias e públicas, só nos resta surpreender-se com acontecimentos que de tão inacreditáveis beiram até a ficção. É aqui que realidade, história e literatura se misturam, angulares e ultra dimensionais, sendo únicas e uma só em toda sua homogeneidade, trazendo a reflexão, o relato, a crueza e, por último, a esperança.

4.1 A CENSURA NA LITERATURA

“Há algum lugar do país que não está correndo sangue agora?” Questiona Juan Gelman em seu poema “Glorias”⁸. Sangue dos fuzilados de Trelew, sangue misturado ao mar, daqueles que foram atirados nos voos da morte, sangue das palavras que, doravante, mudariam por completo a Literatura Argentina. Objeto pontual da censura, a criação literária com seus recursos linguísticos se tornou uma arma em punho contra a ditadura. Uma arma de metáforas, rica em analogias e nuances, que relatou, muitas vezes, as atrocidades cometidas em um regime ditatorial. Como forma de busca, escritores a tornaram sua tarefa. A tarefa diária, de labuta, de protesto e de grito. Não poderiam calar-se agora, não haveria mecanismo que os impedisse de prosseguir aqui; iló que anos antes, no *boom* da literatura latina, vinha sendo originado. Apesar de, em virtude do golpe, a literatura acabar mudando seus rumos, ela criou-se com uma profundidade única e plena, reforçando a identidade latina que vinha sendo construída ao

⁸ Este poema foi publicado em 1972, no ano do massacre de Trelew. Disponível em: [https://www.palabravirtual.com/index.php?ir=ver_voz1.php&wid=1881&t=Glorias+\(fragmento\)&p=Juan+Gelman&o=Federico+Bonasso](https://www.palabravirtual.com/index.php?ir=ver_voz1.php&wid=1881&t=Glorias+(fragmento)&p=Juan+Gelman&o=Federico+Bonasso)

reconhecer seu próprio brilho. Identidade que floresceu em meio a campos de batalha. Essa literatura fora escrita, por muitos de seus representantes, com sangue e sobre sangue, e esse sofrimento, que ora foi resignado e ora transmutou-se em luta, criou uma das mais belas literaturas do mundo.

A repressão ideológica atacou a literatura por dois motivos essenciais: o livro literário era um gerador de ideias devido ao seu conteúdo, que, muitas vezes, poderia ser considerado contra a ideologia do governo, e o livro literário também era um meio de informação, e um cidadão bem informado é perigoso em um regime ditatorial. As estratégias censórias, além de afetarem as atividades editoriais e dos centros de comunicação e informação, causaram um estremecimento nos escritores de literatura, que em sua maioria, passaram a ser incluídos na lista dos subversivos.

A literatura contemporânea argentina por meio do relato da história e do resgate da memória sobre as décadas das ditaduras, criou um espaço de reflexão a partir do universo da escrita, em que a literatura que emergiu em condições autoritárias, tornou-se testemunho direto ou indireto da barbárie da realidade contemporânea e condição criativa para uma geração inteira de escritores. (MONTAÑES, 2006, p. 176).

Para evitar essa possibilidade, o Estado precisou dispor de estratégias legalizadas e a criação ou adaptação de vários organismos oficiais, que foram responsáveis pela regularização de cada meio de comunicação e cada difusor de informação.

La mayoría de los decretos de prohibición fueron firmados por el ministro del Interior de la dictadura, Albano Harguindeguy y su director general de Publicaciones, Jorge Méndez; el subsecretario de Seguridad del Interior, coronel José Ruiz Palacios y el presidente de facto, Jorge Rafael Videla. (RAGGIO, 2010, p. 2).

A estrutura de operação dessas organizações foi se desenvolvendo rapidamente, fazendo circular os chamados informes, e algumas leis que mudaram as normas de acesso, publicação e distribuição dos produtos culturais. A censura militar se desenvolveu em três formas: “la forma preventiva, la forma punitiva y, como consecuencia de las anteriores, la muy difundida autocensura”. (BOSSIÉ, 2006, p. 31). O principal responsável por esta operação, que durou até 1983, foi o coronel Augustín Camilo Valladares.

Em 1977 foi promulgado o Informe Especial N° 10, cujo objetivo era: “estructurar un sistema integral que niegue, en el ámbito de los MCS (medios de comunicación social) el accionar subversivo y asegure la plena vigencia de la propia cultura nacional”. (INVERNIZZI, 2007, p. 33). Listados com uma breve explicação por Invernizzi (2007), cabe citar os principais órgãos que faziam parte das táticas de controle e censura: Dirección General de Publicaciones

(DGP) responsável por investigar publicações impressas, gravações e espetáculos que pudessem violar as normas, sendo proibidos caso não passassem na avaliação; Secretaría de Información Pública (SIP), responsável pela manipulação de informações nas TV's, rádios e jornais do país; Dirección General de Radio y TV, responsável pela administração destes meios a nível estatal; Dirección General de Contralor Operativo, designada a controlar as manifestações publicitárias, incluindo fotografia, cinema e espetáculos públicos; Comité Nacional de Radiodifusión (COMFER), responsável pelo controle das emissões de rádio, TV e imprensa em âmbito nacional; Ministerio de Educación, responsável pela fiscalização de livros didáticos, e a Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, responsável pelo controle, especificamente, de apresentações de peças de teatro.

O poder legislativo foi aproveitado para legalizar uma série de leis de proibição que seriam implementadas na área. Algumas destas leis já haviam sido sancionadas no governo de Juan Carlos Onganía, em 1966, apoiada nas leis anteriores de *Defensa Nacional* e de prevenção de atividades ligadas ao Comunismo.

en julio de 1974 una bomba incendiaria 25.000 ejemplares del libro El Marxismo de Henry Lefevre, editado por Eudeba, mientras todavia se encontraba en etapa de encuadernación. Además, fueran censurados libros de Henry Miller, Andrew Sinclair, Germán García, Marcelo Pichon Rivière, Enrique Medina, Lenin y Manuel Puig. (INVERNIZZI, 2007, p. 63).

Já nesta época as leis de censura recaíam sobre o povo argentino impedindo o acesso a obras estrangeiras, principalmente da Europa. “Durante la dictadura 1966-1973 se incineraron miles de libros y se concretaron numerosos casos de censura”. (INVERNIZZI, 2007, p. 61). Entre os principais títulos internacionais encontraram-se: *Dialectica de la naturaleza* de Friedrich Engels, *El Capital* de Karl Marx e *Estética*, de George Lukács. Entre os latino-americanos, *El Che Guevara* de Hugo Gambini e *Nanina*, de Germán García e *Canción de gesta*, de Pablo Neruda. Foram contados mais de 500 títulos argentinos e estrangeiros atingidos pelas leis de censura e 237 editoras nacionais e do exterior, entre elas a Editoria Paidós, a Eudeba e o Centro Editor de América Latina.

No decorrer das trocas de governo, estas leis foram atualizadas sem grandes alterações, pois viriam a servir como base para a regulamentarização no governo de Jorge Videla. Em outubro de 1974, saiu a lei 20.840, conhecida também como a lei antissubversiva. Nela estava prevista a proibição de qualquer atividade que alterasse a ordem constitucional estabelecida, e a censura incidia diretamente nos editores, redatores, diretores de audiovisual, e qualquer

envolvido com os meios de comunicação, tendo como punição em caso de infração prisão de dois a cinco anos. No artigo 4 estava estabelecido que quem

amenazare, injuriare o de cualquier modo ofendiere em su dignidad o decoro a su persona militar, de las fuerzas de la seguridad, de las fuerzas policiales o penitenciarias nacionales o provinciales que se halleren en ejercicio de sus funciones, será reprimido com prisión o reclusión de hasta diez años. (INVERNIZZI, 2007, p. 64).

A política de controle de censura estava a cargo da Direção Geral de Publicações, sob o poder do Estado e comando de militares. Além de contar com outros órgãos que foram criados, o Estado não estava sozinho durante suas atividades censórias. Muitos grupos que pressionavam essas ações ajudaram a legitimar o processo. Estes grupos, geralmente, eram de ordem católica e anticomunista. Suas manifestações se davam através de rádios e jornais que apoiavam o golpe, fosse por medo ou por crença à ideologia. Existiam também comissões específicas de avaliação,

Entre las numerosas comisiones que existieron, se mencionan la continuación solo algunas de las relacionadas con el ámbito educativo, cultural y bibliográfico: La “Comisión Honoraria Asesora para la Calificación Moral de Impresos y Expresiones Plásticas” dependiente de la Secretaría de Cultura de la Ciudad de Buenos Aires. La “Comisión Orientadora de Medios Educativos” dependiente del Ministerio de Cultura y Educación, creada para recomendar (y prohibir) libros para la enseñanza escolar. (ZEBALLOS, 2006, p. 8).

As responsabilidades da Direção incluíam receber denúncia de avaliações por órgãos oficiais, denúncias particulares e campanhas publicitárias contra uma obra específica.

Depois de feita a denúncia, o livro era identificado e conseguia-se um exemplar para a análise ideológico-política, e a partir dessa análise, era produzido um informe. Cada caso exigia alguma especificação, como descobrir os antecedentes do escritor, da editora e investigações especiais. Para obter tais informações a Direção contava com o apoio do Serviço de Inteligência. Invernizzi (2007) explana como era constituído o informe, que continha as seguintes informações:

Identificación formal del libro: autor, editorial, lugar de impresión, tirada, características básicas de diseño, etc; antecedentes del autor; reseña del libro em general y público a que estaba destinado; serie de citas textuales comentadas; conclusiones de tipo ideológico, esto es, la clasificación; propuestas de acción sobre el libro. Si la acción a seguir consistía en prohibirlo, se incluía una propuesta esquemática de encuadre legal. (INVERNIZZI, 2007, p. 66).

Após finalização do informe, este era enviado para a Direção de Assuntos Jurídicos, onde o Ministro ou Subsecretario avaliava o documento e depois emitia um parecer para

decretar ou não a proibição da obra. Assim que que era notificada a proibição, o Correio, que também obedecia a leis específicas de circulação de correspondências e encomendas, era obrigado a não enviar nem receber nenhum título que estivesse proibido, e caso recebesse algum, deveria avisar o responsável.

As listas de obras censuradas eram classificadas pelo seu nível de periculosidade. As obras recebiam as siglas de Fórmula 1, Fórmula 2 e Fórmula 3. O que era marcado com F1 era caracterizado por carecer de referências ideológicas contrária as da Constituição Nacional; F2, por conter referências ideológicas que se mostram contra os princípios da Constituição Nacional, e o F3, que difundia ideologias e doutrinas políticas, sociais ou econômicas que deturpavam os valores da Constituição Nacional. Já os órgãos responsáveis pela censura dos livros infantis eram a “Comisión Orientadora de Medios Educativos”, criada em 1979, e a “Superintendencia Nacional de Enseñanza Privada (SNEP)”.

A literatura infantil, por mais absurdo que possa soar, também não passou despercebida, os órgãos responsáveis pela avaliação desses livros, na prática, agiam da mesma forma que as demais instituições do ramo, considerando a diferença de que a censura de um livro infantil era realizada com o intuito de preparar as crianças através da privação de conteúdos, que vetavam a fantasia como recurso lúdico, não dando o direito de escolha para os menores, assim como imbuindo apenas uma moral decretada por eles.

[...] también por aquellos años se vislumbraban los cambios quedarían un vuelco en la literatura infantil, depositados en el lenguaje, en la transformación de las atmósferas en las cuales transcurren las historias, en una nueva relación con el lector y en el humor y la parodia como forma de criticidad. La fantasía, los finales abiertos, las preguntas, el color, las líneas de los dibujos que se salían de una figura “real”, eran capaces de abrir nuevos interrogantes en los chicos, y esto no convenció a los dictadores de turno. (RAGGIO, 2009, p. 2).

Entre os títulos de destaque que forma censurados, é importante mencionar, devido a contradição de sua proibição, a obra “Un elefante ocupa mucho espacio”, de Elsa Bornemann, cuja proibição foi decretada pois acreditavam que o conto tinha a finalidade de doutrinar as crianças, pois o seu conteúdo lúdico poderia ser influente ao comportamento subversivo. A história conta a como um elefante que vive em um circo, cansado de ser mal tratado por seu domador, organiza uma greve com seus amigos para combater as crueldades a quais são submetidos. Essa fábula gerou grande alvoroço por causa da atitude dita subversiva dos animais, ao se revoltarem contra a autoridade que fazia uso do poder contra eles. O próprio desenvolver fantástico da história foi motivo para implicância, ainda mais sob o ponto de vista

de que animais poderiam se rebelar contra os humanos. O livro foi considerado má influência e proibido pelo decreto nº 3155/77.

Entre as demais obras infantis que foram proibidas, encontram-se outros títulos famosos da literatura argentina, como “Los zapatos voladores”, de Margarita Belgrano, “Juancito”, de Gabriela Cabal e “Mi amigo el pespir”, de José Murillo. También encontraram-se

los libros de Laura Devetach; un era “La Torre de Cubos”; con el argumento de que “teniagraves falencias tales como simbología confusa, cuestionamientos ideológico-sociales, objetivos no adecuados al hecho estético, ilimitada fantasía, carencia de estímulos espirituales trascendentes, crítica a la organización de trabajo, la propiedad privada y el principio de autoridad”. El otro cuestión era “La Planta de Bartolo”, [...] El protagonista rechaza los bienes materiales que el comerciante le ofrece y frustra un intento de represión policíaca a una multitud que lo apoya. Este relato tiene un rico lenguaje poético e intenta abrir mentes, prohijar libertades y propone sostener compromisos con la gente y con la diversidad cultural. (DIAZ, 20--, p. 6).

Esse receio com as obras infantis provinha do fato que os recursos utilizados, como a metáfora, a alusão e a imagem, pudessem criar, de forma indireta, um espaço de resistência para poder dizer o que se queria com outras palavras, outros significados, em uma forma simplificada que não tornasse difícil o entendimento da mensagem a ser passada. Essa obviedade foi um ponto chave para a censura, que não poupou motivos para inventar proibições. Mas foi através do poder de dar novos sentidos às palavras, que a Literatura tornou-se um espaço de resistência, onde a palavra, por mais que sussurrada ou não lida, prevaleceu em um ato de silêncio e de grito, germinando, além das histórias que viriam a ser escritas, uma geração de pessoas dispostas a dar suas vidas por ela.

4.1.1 Ruas vazias, páginas em branco

*No hay nadie en la calle, en los ruidos húmedos, en el vuelo de las hojas y mis pasos
quieren reiniciar las maderas de la adolescencia.*

*Pero todo está abandonado, no hay nada que pueda favorecernos; ningún aire de
inconsciencia, ningún reino de libertad. Sólo hábitos tolerantes haciendo crujir nuestra
memoria. "Ha estado bien", decimos.⁹*

Nas décadas de 1970 e 1980, a Argentina era um grande exportador de livros, mas com o golpe, o mercado editorial enfraqueceu e a produção literária foi profundamente afetada. Entre

⁹ Trecho do poema “El ocaso de los dioses” do escritor Francisco Urondo.

isso, uma das maiores consequências foi o exílio de escritores. Entende-se por exilar, ser expulso da própria pátria. Grande parte dos que foram obrigados a abandonar sua terra acabaram por adotar Paris como novo lar, devido a efervescência intelectual que acontecia por lá durante essas décadas. Estar no exílio foi uma forma de ser censurado. Não poder expor publicamente suas ideias, nem contar suas histórias em seu próprio país. Não há registro oficial de quantas pessoas envolvidas com a cultura foram submetidas ao exílio. Alguns optaram por ir antes que o pior acontecesse, a fim de continuar escrevendo, como o caso de Manuel Puig e Julio Cortázar, que, mesmo de longe, acompanhava o caos de sua terra natal e se aproximava mais da política; outros foram obrigados a abandonar seu país, voltando somente depois do término do golpe, ou em alguns casos, jamais retornando.

Para melhor entender o contexto do exílio, aqui visto como um problema da ditadura que causou, mencionarei alguns escritores que, perseguidos, precisaram deixar seu lar em busca de uma nova pátria que os abrigasse.

O professor e escritor Mario Goloboff (que escreveu a primeira biografia de Julio Cortázar em 1988) é um exemplo que viveu no exílio. Goloboff relembra que a literatura era um meio metafórico para se falar aquilo que era proibido, que não se podia denunciar por outros meios. A dificuldade do exílio como escritor, diz ele, era menos visível do que a dificuldade da vida cotidiana:

El trasterramiento impide y complica la percepción cotidiana de la vida nacional; mediatiza el contacto con la realidad y con las vivencias de los compatriotas; oculta innumerables asuntos que podrían ser suscitadores de textos; deforma la visión sobre uno mismo aquí y sobre los demás allá; aleja, en suma, de las fuentes, y del mismo modo impide saber cómo llegará la obra (si es que ella llega), cómo será leída, quién será ese lector. (GOLOBOFF, p. 13, 1987).

Essa Literatura que nasce, é gerada também pela falta; a literatura daquilo que não se tem e de onde não se está. “Hay una buena parte de una buena literatura que se nutre de la pérdida y de la ausencia, y eso me há llevado a pensar, estremando quizás las cosas, que la propia literatura es exilio, pérdida, ausencia”. (GOLOBOFF, p. 13, 1987).

A condição de exílio também trouxe o problema da língua, em que surgiram os impasses do aprendizado, da tradução e de identificação, com a língua mãe e com a língua nova, com a necessidade de se guardar intimamente a sua própria, mas também se apropriar daquela que se faz necessária. “Es, acaso, una de las pocas revanchas que el mínimo hombre, el mínimo escritor, puede permitirse contra los totalitarismos que lo expulsan: resemantizar el vocabulario

que ellos usaron y gastaron; encontrar, descubrir o inventar nuevos sentidos a las palabras de su lengua”. (GOLOBOFF, p. 16, 1987).

Os governos ditatorias representaram uma espécie de sutura na produção literária argentina, gerada através da união da ficção com as atrocidades dos regimes. Nasceu, assim, uma literatura nova, então, a não-ficção e o realismo mágico.

O componente fantástico que marca grande parte de literatura latino-americano-americana moderna serve também no caso argentino para poder contar o que não se pode dizer. A obra de Cortázar, desde o seu exílio voluntário na França, foi ganhando ressonâncias políticas já a partir do seu deslumbramento com a Revolução Cubana. Seu conto Segunda Vez, de 1977, com apenas seis páginas, descreve o desaparecimento de um grupo de pessoas em circunstâncias misteriosas. Mas os personagens não são já meros cronópios saídos dos sonhos, e sim pessoas reais, que vivem o horror como algo verossímil e cotidiano. (PÉREZ, 2014)¹⁰

O jornalista e escritor Rodolfo Walsh, em sua obra “Operación Masacre”, por exemplo, relata fatos inspirados na queda de Perón em 1955, baseando-se em relatos dos sobreviventes da ditadura que levou o nome de Revolución Libertaria. Rodolfo Walsh foi militante dos grupos guerrilheiros. Foi, acima de suas qualidades de escritor e jornalista, um lutador. Logo após o golpe, mandou para a Constituição e para a imprensa a Carta Aberta, onde expunha as verdades cruéis que estavam acontecendo durante a Ditadura. Infelizmente, após a divulgação deste material, ele foi sequestrado, e em seguida foi confirmado seu desaparecimento. Muitos outros jornalistas e escritores também foram perseguidos e até mortos pelo simples fato de falarem livremente suas opiniões.

Ernesto Sábato, pelo mesmo caminho, mas de forma menos romantizada, publicou o livro “Nunca más”, em 1984, onde descreve uma adaptação do informe da CONADEP sobre os desaparecimentos e assassinatos de prisioneiros e vítimas durante a ditadura.

Outros escritores também usaram o tema como interlúdio de seus escritos. “A literatura argentina, acostumada a tecer seu universo estético a partir da turbulenta matéria-prima da sua história, foi, a partir dos anos setenta, arremetida de forma profunda e definitiva pela comoção da dor, da ausência e do exílio”. (PÉREZ, 2014)¹¹.

O discurso literário deu voz aqueles que não podiam falar; combateu o discurso militar, que vinha enchendo de silêncios os sentidos, e serviu também de relato, de protesto e de arquivo. Como disse Bossié (2009, p. 23) “proponiendo ambigüedad, apertura de sentidos, pluralidad y diálogo a través del arte”. Para aqueles que a produziam, sobrou o exílio, a prisão, a negação.

¹⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/30/cultura/1417312031_583639.html>

¹¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/30/cultura/1417312031_583639.html>

As obras censuradas na época voltaram a circular com o fim da ditadura, com suas marcas na Literatura, num misto de dor e poesia.

A escritora Tununa Mercado, que completou 78 anos agora em 25 de dezembro de 2017, foi exilada em 1974, na Cidade do México. Seus livros “Em estado de memória”, publicado em 1998, e “La letra de lo mínimo”, publicado em 1994, são suas principais obras que tratam do tema. No primeiro, a autora remonta às experiências vividas fora de sua terra, as dificuldades encontradas nos longos anos de exílio, trazendo uma espécie de recuperação da memória, criando uma literatura melancólica do passado, factual e biográfica. Não há acolhimento, e sua terra passava por um período escuro, era difícil desvencilhar-se; “[...] el sentimiento de despojo e intemperie como constantes de ese período; otros tipos de marginalidad con los que se identifica. Todo ello, en fin, vinculado con la escritura que es la que vehicula la memoria y teje con ella el texto”. (CORBATTA, 2001, p. 112). Já na segunda obra mencionada, um relato de viagem que, apesar da circunstância encontrar-se no presente, a autora trabalhou novamente com as lembranças, a saudade da infância em Córdoba, sua cidade natal, num vai e volta entre presente e passado. Enquanto exilada, a autora foi editora da revista Fem, a primeira revista feminista latino-americanoamericana. Tununa retornou para Buenos Aires em 1987, onde reside até hoje.

O exílio também foi uma marca forte na produção do poeta e jornalista Juan Gelman, nascido na década de 1930 em Buenos Aires, que morando em países como Estados Unidos, México e Espanha, jamais esqueceu da Argentina. Gelman foi um militante, fez parte dos Montoneros, e sua posição política sempre foi declarada, o que fez com que se tornasse, nessa época, ameaçado de morte pela Triple A. Gelman escapou, mas seu filho e nora não, deixando uma neta a qual passaria trinta cinco anos procurando.

A mí me parece imposible el desexilio. Yo estuve 14 años exilado, ahí se crea un vínculo muy notable. Cuando estaba exiliado en Roma llegaban compañeros, amigos, también exiliados y algunos que no deshacían las valijas pensando que regresarían la semana siguiente. Nunca tuve esta sensación. Salí con la idea de que iba para largo. Traté de aprovechar al máximo esas diferencias culturales y de entenderlas. Uno llega a la conclusión de que lo mejor es *mundar*¹². Hay frases fáciles, como ‘soy ciudadano del mundo’ y otras tonterías. Eso no es verdad. (GELMAN, 2007)

Exilando-se antes do Golpe, não conseguiu retornar. Nesses anos, teve momentos de estagnação em sua produção literária, que o deixaram quase sete anos sem publicar. Paro para pensar o que não teria sido escrito por um dos maiores poetas da Argentina, se não tivesse

¹² Grifo do próprio escritor. Poema disponível em: <http://www.juangelman.net/2011/10/23/mundar-2007/>, visto a impossibilidade de conseguir o livro “Mundar”.

havido essa lacuna. Uma de suas obras que mais retratam as experiências do exílio é a coletânea de poemas “Bajo la lluvia ajena (notas al pie de una derrota)”, publicado em 1983, onde reúne poemas que tratam diretamente do tema sob sua perspectiva enquanto exilado.” (IBÁÑEZ, 2004, p. 7). “Escribo sobre un tema que no le gusta a nadie. Tampoco a mí. Hay temas que no le gustan a nadie”.¹³

O escritor Julio Cortázar, um dos nomes mais conhecidos da literatura argentina, apesar de sua posição antiperronista e de sua esquiva política na década de 1950, não passou incólume sob o fardo da censura. Incluso no contexto dos escritores exilados, Cortázar optou por sair da Argentina em 1951, sem pretensões políticas ou ideológicas, enxergando-se com o estigma apenas em 1974, pouco antes do golpe.

O tema veio à tona em obras como “Rayuela”, de 1963, no “Libro de Manuel”, de 1973, e nos contos “Grafitti” e “Segunda Vez”, que compõe o livro “Alguien que anda por ahí”, de 1977. Sobre este último, relata:

Com efeito, a edição argentina do meu último livro de contos foi proibida pela Junta Militar, que só autorizava se eu aceitasse a suprimir dois relatos que considerava lesivos a ela ou ao que representa como sistema de opressão e de alienação. Um desses relatos referia-se indiretamente à desaparecimento de pessoas no território argentino; o outro tinha como tema a destruição da comunidade cristã do poeta nicaraguense Ernesto Cardenal na ilha de Solentiname. (CORTÁZAR, 2001, p. 148).

Para Cortázar o exílio é um problema de várias facetas, sendo fato real e tema literário, “a noção de exílio implica uma compulsão e muitas vezes uma violência. Um exilado é quase sempre um expulso, e este não era o meu caso até pouco tempo”. (CORTÁZAR, 2001, p. 148). Como tema literário o exílio viria a se manifestar gerando um marco importante na literatura latina- americana, estendendo-se além da Argentina.

Essa experiência virou um reflexo da época para muitos escritores, inclusive para a geração que ainda estava para ser criada. “E há uma coisa ainda pior, aquilo que poderíamos chamar de exílio interior, posto que nos nossos países a opressão, a censura e o medo esmagam *in situ* muitos jovens talentos cujas primeiras obras prometiam tanto”. (CORTÁZAR, 2001, p. 149-150).

Esse esforço literário, como bem relata Cortázar, alcança a luta política, e quase que inevitavelmente. Por mais que haja uma certa relutância no autor em afirmar que ele via uma obrigação em falar da ditadura em sua obra, existia uma posição política de sua parte, mas não

¹³ Trecho do poema Bajo a la lluvia ajena, escrito em Roma em 1980, e posteriormente publicado na coletânea mencionada de mesmo nome.

uma militância, no entanto, o tema se reflete em algumas de suas publicações. No “Libro de Manuel”, citado acima, pode-se ver como exemplo esse refletir do tema. “O romance trata de um grupo de exilados em Paris e como se organizam para viver e para combater a ditadura; entremado a trama ficcional, o livro traz recortes de jornais, ‘verdadeiros’, tratando de práticas repressoras dos governos latinoamericanos”. (BRANCHER, 2007, p. 216).

A ditadura acabou por trazer o exílio como uma das principais consequências da produção literária, depois da censura. A repercussão se reflete, hoje em dia, em uma vasta literatura que trata o assunto de diversas maneiras, da reclusa a aceitação, do relato a poesia, do desterro ao repariamento, da saudade a resignação: sempre as duas fazes da moeda.

o exílio é uma interrupção do contato de uma folhagem e de um enraizamento com o ar e a terra conaturais, é como o brusco final de um amor, é como uma morte inconsebivelmente horrível porque é uma morte que se continua vivendo inconscientemente. (CORTÁZAR, 2001, p. 149).

Essa análise da influência do exílio na produção literária argentina permite enxergar, também, as cruzações culturais que se originaram na experiência, permitindo uma multiplicidade cultural sem abdicar das raízes latino-americanas. O exílio é assunto complexo, que ainda mexe nas feridas abertas daqueles que foram obrigados a passar por ele. Se não fosse a censura imposta a esses escritores que tinham tanto a falar, de certo modo, essa literatura também seria diferente do que se criou, e como disse Cortázar: “Aquele livro proibido ou queimado não era tão bom: vamos escrever outro melhor.” (CORTÁZAR, 2001, p. 155).

Figura 3: Julio Cortázar junto ao Rio Sena, em Paris, por volta de 1970.



Fonte: Fotografia de Sara Facio.

Abaixo, um levantamento realizado nas fontes consultadas para a realização deste trabalho, contendo os nomes, datas de nascimento e falecimento (em alguns casos) dos escritores argentinos que foram submetidos ao exílio:

Alicia Dujovne Ortiz, 4 de janeiro de 1940 (77 anos), Buenos Aires.

Antonio di Benedetto, 2 de novembro de 1922, Mendoza. Falecimento: 10 de outubro de 1986, Buenos Aires.

Arnaldo Colveyra, 23 de fevereiro de 1929, Gobernador Mansilla. Falecimento: 15 de janeiro de 2015, Paris, França.

Edgardo Cozarinsky, 13 de janeiro de 1939 (78 anos) Buenos Aires.

Gregorio Manzur, 9 de maio de 1936 (81 anos), Mendoza, Argentina.

Haroldo Conti, 25 de maio de 1925, Argentina Falecimento: 5 de maio de 1976.

Juan Gelman, 3 de maio de 1930, Buenos Aires, Argentina. Falecimento: 14 de janeiro de 2014, Cidade do México, México.

Juan José Saer, 28 de junho de 1937, Serodino, Argentina. Falecimento: 11 de junho de 2005, Paris, França.

Julio Cortázar, 26 de agosto de 1914, Ixelles, Bélgica Falecimento: 12 de fevereiro de 1984, Paris, França.

Luiza Valenzuela, 26 de novembro de 1938 (79 anos), Buenos Aires, Argentina.

Manuel Puig, 28 de dezembro de 1932, General Villegas, Argentina Falecimento: 22 de julho de 1990, Cuernavaca, México.

Mario Goloboff, 16 de março de 1939 (78 anos), Carlos Casares, Argentina.

Oswaldo Soriano, 6 de janeiro de 1943, Mar del Plata, Argentina. Falecimento: 29 de janeiro de 1997, Buenos Aires, Argentina.

Rodolfo Rabanal, 15 de junho de 1940 (77 anos), Buenos Aires.

Saul Yurkievich, 27 de novembro de 1931, La Plata, Argentina Falecimento: 27 de julho de 2005, Caumont-sur-Durance, França.

Tununa Mercado, 25 de dezembro de 1939 (77 anos), Córdoba, Argentina.

Ricardo Piglia, 24 de novembro de 1941, Adrogué, Argentina Falecimento: 6 de janeiro de 2017, Buenos Aires, Argentina.

Ernesto Sabato, 24 de junho de 1911, Rojas, Buenos Aires. Falecimento: 30 de abril de 2011, Santos Lugares, Argentina.

4.1.2 O Index Latino-americano – Livros Censurados

É difícil não comparar os informes de proibição dos livros na Argentina com os índices expurgatórios europeus. Séculos de uma possível evolução humana não foram capazes de amenizar a maldade e a intolerância, que, infelizmente, é tão presente até os dias de hoje. Segue abaixo uma lista de livros proibidos de escritores argentinos. Relembro que muitas obras estrangeiras, como mencionado anteriormente, foram proibidas também, mas a lista a seguir se refere apenas a literatura nacional, visto os objetivos da presente pesquisa.

Nuestros muchachos, de Alvaro Yunque.

Para hacer el amor en los parques, de Nicolás Casullo.

Guía de pecadores, de Eduardo Gudiño Kieffer.

Buenas noches, profesor, de Alina Diaconú.
Don Abdel Zalim, de Jorge Asís.
Tres autores prohibidos, de Jaime Rest.
Persona, de Nira Etchenique.
The Buenos Aires affair, de Manuel Puig.
Territorios, de Marcelo Pichón Riviere.
Los reos, de Federico Moreyra.
Memorial de los infiernos, de Julio Ardiles Gray.
El homosexual y su liberación, de Gustavo Weinberg.
La sartén por el mango, de Javier Portales.
Olimpo, de Blas Matamoro.
Estudio sobre los orígenes del peronismo, de J.C. Portantiero.
Ganarse la muerte, de Griselda Gambaro.
Mascaró, el cazador americano, de Haroldo Conti.
Reflexiones sobre el terrorismo, de Fernando Nadra.
Un elefante ocupa mucho espacio, de Isabel Borneman.
Niños de hoy, de Alvaro Yunque.
El fracaso y el desinterés escolar en la escuela primaria, de Liliana Lurcat.
Poesía política y combativa argentina, de Andrés Sorel.
La torre de cubos, de Laura Devetach.
El amor sigue siendo niño, de Alvaro Yunque.
Dios es fiel, de Betariz Casiello.
El frasquito, de Luis Gusmán Féiguele, de Cecilia Absatz.
Cómo levantar minas, de Oberdán Rocamora.
Rubita, de Javier Torre.
Visita, francesa y completo, de Eduardo Perrone.
Perros de la noche, de Enrique Medina.
El Duke, de Enrique Medina.
La vida es un tango, de Copi.
La vida entera, de Juan Carlos Martini.
Macoco, de Juan Carlos Martini.
Argentina 1975-1975, de Sergio.
Bagú De Sarmiento a Cortázar, de David Viñas.
De la economía social justicialista al régimen liberal, de A. Cafiero.

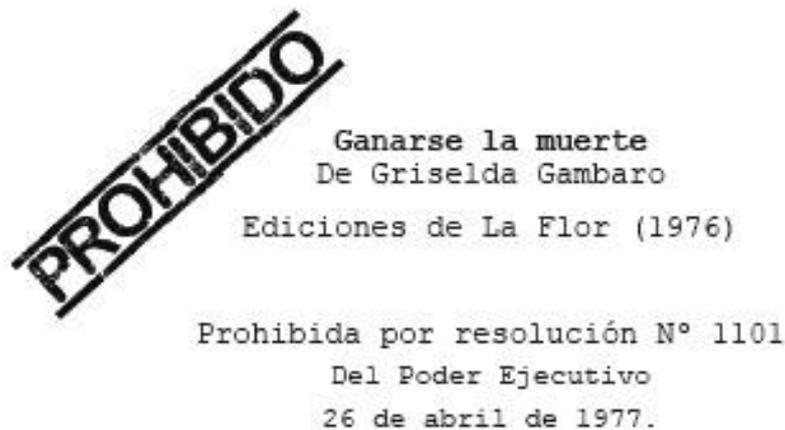
Neoliberalismo y comunicación de masas, de Heriberto Muraro.

Metal del diablo, El Presidente Colgado, de Augusto Céspedes.

La boca de la ballena, de Héctor Lastra.

Abaixo, serão representados alguns exemplos de informes de proibição de livros, retirados do Boletim Oficial da República Argentina.

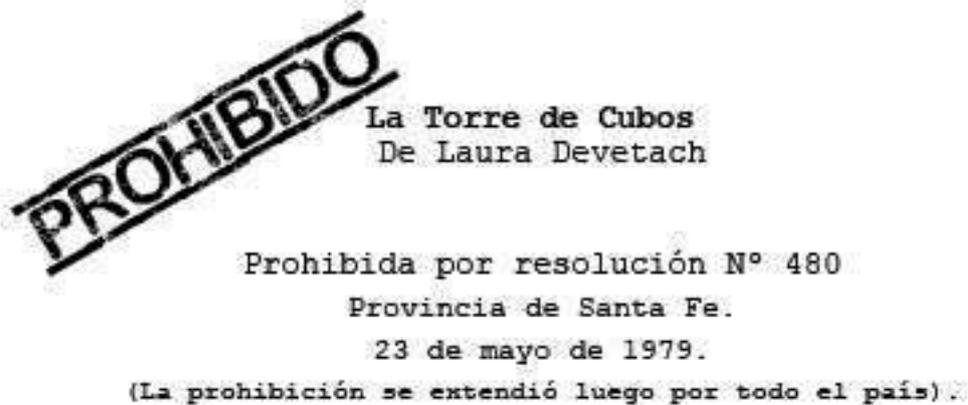
Figura 4: Reprodução do DECRETO n° 1101.



El decreto de prohibición se señalaba que esta obra tenía una "posición nihilista frente a la moral, la familia, el ser humano e la sociedad que éste compone."

Argumentando "la necesidad de garantizar a la familia argentina su derecho natural y sagrado a vivir de acuerdo con nuestras tradiciones y arraigadas costumbres", se prohibió el libro y se ordenó la clausura de la editorial por 30 días.

Figura 5 : Reprodução do decreto N° 480

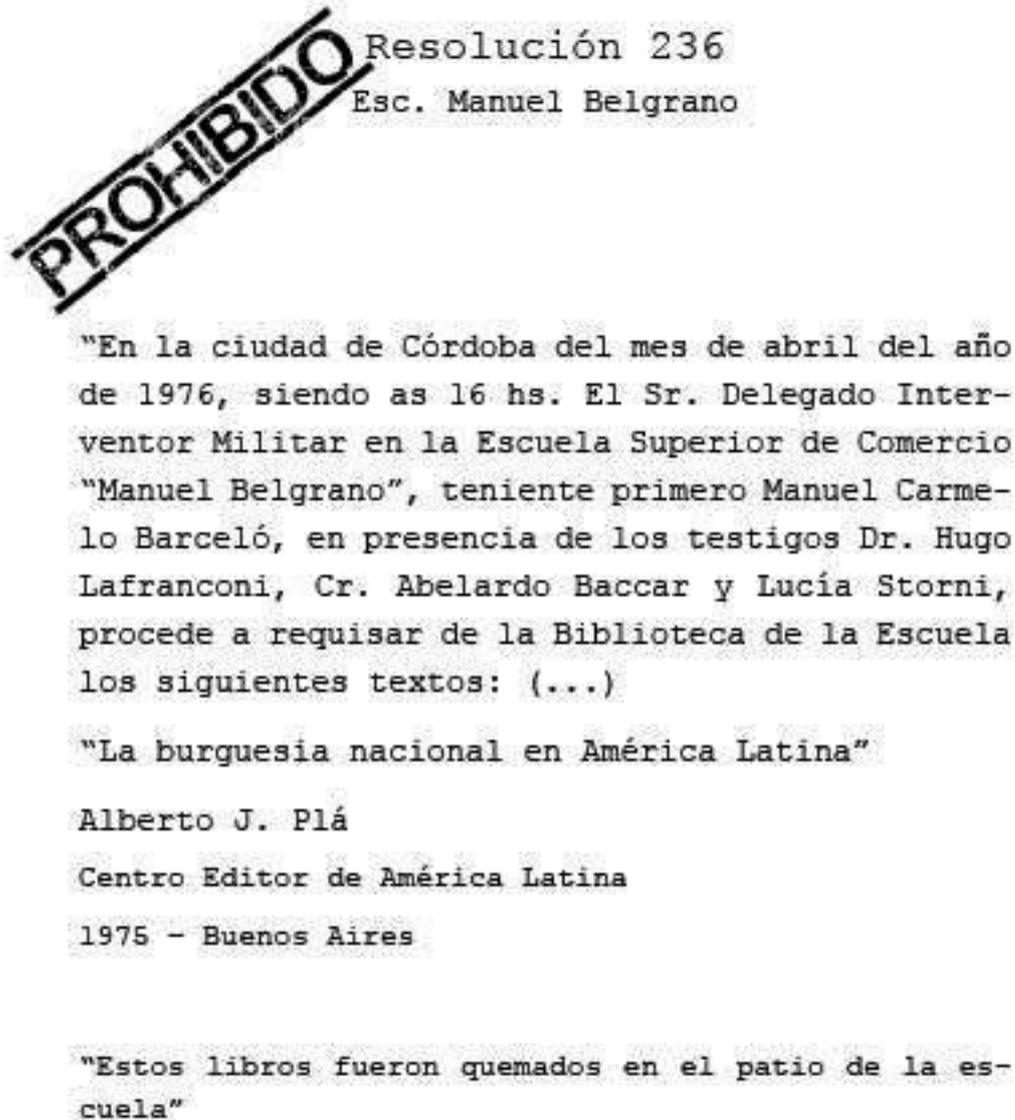


Según la resolución el libro se prohíbe por:

"graves falencias como simbología confusa, cuestionamientos ideológicos-sociales, objetivos no adecuados al hecho estético, ilimitada fantasía, carencia de estímulos espirituales y trascendentes (...) centrando su temática en los aspectos como crítica a la organización del trabajo, la propiedad privada e el principio de autoridad enfrentando grupos sociales, raciales o económicos con base completamente materialista, como también cuestionando la vida familiar, lo que lleva la destrucción de los valores tradicionales de nuestra cultura..."

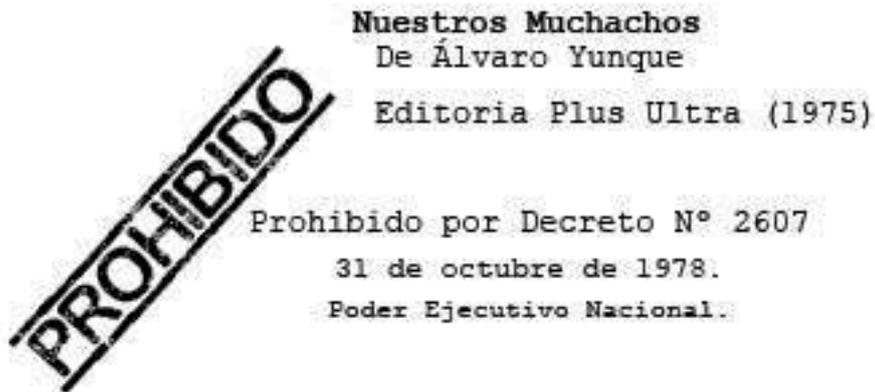
Fonte: Boletim Oficial da República Argentina. Imagem da autora.

Figura 6: Reprodução de decreto Nº 236



Fonte: Boletim Oficial da República Argentina. Imagem da autora.

Figura 7: Representação do decreto N° 2607



El informe de la Dirección General de Publicaciones establece que "Nuestros Muchachos" presenta: "a la policía como represiva; a la sociedad como configurada por un sistema de clases contrapuestas y hasta antagónicas; al mundo de los niños como antagónico al mundo de los mayores; a los problemas humanos como resultantes de causas sociales no personales a la clase dirigente como antisemita."

Fonte: Boletim Oficial da República Argentina. Imagem da autora.

Figura 8: Reprodução do decreto N° 3155

Un elefante ocupa mucho espacio
De Elsa Bornemann
Edición Librería Fausto

Prohibida por decreto 3155 del 13 de octubre de
1977

El decreto de prohibición de la obra de Bornemann determina que el cuento toma una "posición que agravia la moral, la familia y el ser humano". También considera que se trata de "cuentos destinados al público infantil con una finalidad de adoctrinamiento y cuya finalidad era preparatoria a la tarea de captación ideológica del acionar subversivo".

A la Editorial Librerías Fausto se la consideró socia de esta ideología y se la clausuró por diez días

PROHIBIDO

4.2 PALAVRAS QUE QUEIMAM - CASOS DE “LIMPEZA” EM BIBLIOTECAS E EDITORAS

Talvez me enganem a velhice e o temor, mas suspeito que a espécie humana – a única – está por extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta. [...] Minha solidão alegre-se com essa elegante esperança.¹⁴

A violação causada durante a ditadura na Argentina não foi só nos direitos humanos, foi também uma violação causada aos livros. Diversas bibliotecas acabaram por levar esse golpe junto. Santuários para alguns, apenas um lugar de silêncio para outros, as bibliotecas argentinas, passaram por rígidos controles de censura, contendo listas de proibição, vistorias, licenças de circulação, licenças de impressão, aproximando-se do que ocorria na Inquisição, séculos atrás, como mostrado anteriormente. Em casos não raros, diversos acervos pelo apís foram queimados, relembrando as queimas públicas da Alemanha nazista, durante as Grandes Guerras. Apesar de tanta destruição, foi possível preservar a memória destes lugares, que hoje se encontram em plena atividade, permitindo resgatar tanto dessa história trágica.

Bibliotecas clandestinas, bibliotecas autocensuradas, bibliotecas en las que un enorme hueco nos devolvía la ominosa presencia-ausencia de una parte fundamental de nuestras biografías [...] Allí, entre sus estantes cargados de libros leídos y por leer, portadores de una memoria ejemplar, testigos de esperanzas y fracasos, de olvidos y resurrecciones, sigue persistiendo lo que del pasado le habla al presente. (FOSTER, 20--?).

Antes de mais nada, é importante desconstruir a visão reducionista de que uma biblioteca é apenas um conjunto de livros e jornais e periódicos empilhados em uma estante ou compactados em um catálogo online disponíveis e acessíveis ao público em geral. Deixando de lado esta concepção, reforço que as bibliotecas têm uma grande dimensão política e social, e que por esse mesmo motivo, repetidas vezes foram atacadas em diferentes momentos históricos no mundo todo, pois sendo um símbolo da história de uma civilização e potencializadora da pluralidade de conhecimentos, foi alvo certo de todos os governos que queriam impedir seus povos de possuir suas próprias referências, e menos ainda ter acesso a outras. A biblioteca, nos dias de hoje, pode ser vista como um centro de integração e interação, um lugar de dinamicidade que não se limita ao “guardar e emprestar livros”, mas sim, a promover a disseminação da

¹⁴ Do conto “A biblioteca de Babel” de Jorge Luis Borges, publicado originalmente em 1941.

informação e da cultura, contribuindo com a sociedade em projetos educacionais e culturais, zelando o patrimônio e os espaços a qual pertence e faz pertencer.

Mas, infelizmente, a fraqueza desse tipo de espaço se reflete em sua materialidade, pois como objeto concreto, é perecível de metamorfose e destruição, o que possibilitou a escassez de vários acervos em diferentes bibliotecas argentinas. Essa “fissura” por destruição de livros é conhecida como biblioclastia, e abarca não só a destruição física e completa dos livros, como explica Umberto Eco (19--):

Existen tres formas de ‘biblioclastía’, es decir, de destrucción de los libros: la biblioclastía fundamentalista, la biblioclastía por incuria, y aquella por interés. El biblioclasta fundamentalista no odia los libros como objeto, teme por su contenido y no quiere que otros los lean. Además de un criminal, es un loco, por el fanatismo que lo anima (...) La biblioclastía por incuria es la de tantas bibliotecas italianas, tan pobres y tan poco cuidadas, que a menudo se transforman en espacios de destrucción del libro, porque una manera de destruir los libros consiste en dejarlos morir y hacerlos desaparecer en lugares recónditos e inaccesibles. El biblioclasta por interés destruye los libros para venderlos por partes, pues así obtiene mayor provecho.

Desta forma, é possível definir que os atentados cometidos contra as bibliotecas durante a ditadura argentina foram casos de biblioclastia. Além da perda de material, essa ausência de informação e conteúdo afetou também uma possível geração de leitores. Em dados levantados pela UNESCO, foi verificada uma brusca queda no número de livros lidos por habitante anualmente:

entre 3,2 y 3,4 libros leídos en el período 1973-1974 ; 1,8 en 1976 ; 1 en 1979 y 0,8 en 1981 [...]. Consecuencia directa de la férrea censura operada sobre los libros es la preocupante caída del bagaje lingüístico que padecieron los argentinos según los datos del mencionado informe: entre 1973 y 1974 el número de palabras promedio por habitante era de 4000 a 5000 para descender a un promedio de 1500 a 2000 en el período 1976-1980. (ZEBALLOS, 2006, p. 2).

A ditadura argentina criou uma geração de silêncios, de poucas palavras, que representada até em números comprova a brutalidade com que a censura foi aplicada e as consequências que ela trouxe. Não só bastava dar fim aos livros, alguns editores, bibliotecários e jornalistas acabaram por ser perseguidos ou mortos. Fernando Baéz (2006) relembra nomes de alguns editores e livreiros desaparecidos logo no início do golpe. O vendedor de livros na River Side Enrique Alberto Colomer, os editores Alberto Burnichon, Carlos Pérez, Héctor Fernández. Os editores da livraria Trilce, Horacio González e Isabel Valencia, o livreiro Maurice Geger, Enrique Walker, revisor da Editora Abril, Daniel Luaces, redator do Centro

Editor da América Latina, que foi assassinado, entre outros editores, tradutores e livreiros que contabilizaram dezenas de desaparecimentos que, nos casos mais infelizes, permanecem nesta condição até hoje.

Figura 9: Enrique Alberto Colomer, vendedor da Riverside, desaparecido.



Enrique Alberto Colomer
20-5-77

Fonte: Monumento a las víctimas del terrorismo del estado Parque de La Memoria. Registro 3434.

Após a restituição da democracia, foi possível compilar, através de relatos de bibliotecários, jornalistas e escritores e vasta documentação arquivada, as estratégias que foram usadas nesses lugares, para melhor entender como se desenvolveram os casos de censura em bibliotecas e editoras.

Algunas de esas estrategias fueron:- El recorte de presupuesto (se registran casos de bibliotecas en las que entre los años 1976 y 1983 sólo se compró una obra en cuatro tomos)- retiro de consulta y circulación de colecciones y libros considerados “marxistas”. En uno de los casos se relató el retiro de circulación del periódico La Opinión - retiro de fichas de los catálogos - pegado de las hojas de libros inventario-traslado y cesantía de personal - traslado de libros a otras instituciones que nunca más fueron recuperados ni se supo qué pasó con ellos - disposiciones de secuestro y quema de libros - expurgo de libros amparándose en su obsolescencia o desuso, sin ser esta una causa real que así lo amerite. (BOSSIÉ, 2009, p. 7).

Estas estratégias foram aplicadas, inicialmente, através das operações de censura que foram se constituindo. A *Operación Claridad* (Operação Claridade) foi uma organização burocrática criada pelo governo cuja gestão e administração ficou a cargo do Ministerio de Educación y Cultura. Icialmente nomeada *Operación Enseñanza*, foi responsável pelo controle cultural e educativo durante a ditadura. Esta organização queria identificar a oposição nestes meios, pois eram os mais suscetíveis a difundir ideologias contrárias. Entre os objetivos práticos

estavam a proibição da circulação de livros específicos nas bibliotecas, controle do material que os professores usariam em aula, queima de obras, e busca de suspeitos para interrogação, incluindo sequestros e espionagem dentro das próprias escolas, assim como “la supresión física de personas sospechosas y comprometidas con la militancia política, el secuestro y destrucción de sus bienes culturales y el reemplazo de ideas críticas valiéndose de instituciones prestigiosas como editoriales, universidades, bibliotecas”. (BOSSIÉ, 2009, p. 18). Sob comando do coronel Agustín Camilo Valladares, que permaneceu no cargo até dezembro de 1983, a organização deu cabo de suspeitos e de seus bens culturais, seguindo uma sistemática de procedimentos estritamente planejados. Para relizar as operações, o coronel exigiu

una motorola, una línea teletipográfica, un sistema de intercomunicación para cinco corresponsales, un sistema encubierto de grabación para interior, una máquina fotográfica Minox, una trituradora de papeles, una máquina de fotos tipo Reflex, 35mm. con flash y um grabador con chupete para teléfono. (BOSSIÉ, 2006, p. 31).

A principal metodologia da operação foi a produção de informes secretos que eram destinados aos suspeitos. Para tal, as forças de inteligência mantinham registros de todos aqueles que manifestassem qualquer sinal de subversão.

Los primeros pasos de la Operación Claridad se dieron hacia la supresión física de personas sospechas y comprometidas con la militancia política, continuaron con el secuestro y destrucción de sus bienes culturales y por último intentaron reemplazar sus ideas inclusive valiéndose de instituciones otrora generadoras de pensamiento crítico como editoriales, universidades, bibliotecas. (BOSSIÉ, 2006, p. 31).

Em 1977, o Ministerio promulgou o decreto N° 538, que obrigava a circulação em escolas do manual intitulado “Subversión en el ámbito educativo (conozcamos a nuestro enemigo)”, dividido em quatro capítulos, onde desenvolve, com a ideia de seguir os princípios básicos para implementação do Plano de Reorganização Nacional, explicações de como identificar e abater a subversão e da importância dos valores morais e cristãos agora estabelecidos. Apontando, também, um forte nacionalismo que justifica todas as ações pelo bem da Nação. Eram também infiltrados na escola pessoas para poder espionar o que estava sendo dado em aula e disponibilizado nas bibliotecas, assim como aliação de alunos ou professores para delatar suspeitos, ou captação de agentes da segurança nacional para cargos de direção e afins.

A existência desta operação se deu publicamente apenas em 1996, revelando alguns destes informes secretos,

el primer documento que testimonía una investigación importante sobre el tema es el que dio a conocer el diario Clarín el 24 de marzo de 1996, al cumplirse 20 años del Golpe de Estado, con el título “Los archivos de la represión cultural”, donde por primera vez se denuncia la existencia de la “Operación Claridad”. (BOSSIÉ, 2006, p. 8).

Com essa revelação, foram descobertas vinte e três pastas contendo mais de cinco toneladas de informes produzidos durante a operação, que revelam a sua existência e grande parte de suas práticas. Estas informações foram retiradas do jornal *Clarín*, que conseguiu obter acesso a esses documentos. Em duas destas pastas, pode-se resgatar o sistema funcional das operações. As tarefas de inteligência foram executadas por órgãos que ficavam sob guarda do Ministerio, nomeadas como “Asesor de Gabinete” e “Recursos Humanos”.

Ali eram arquivadas as conhecidas listas negras, os decretos de proibição de livros, que não se sabe ao certo se eram elaboradas estritamente na SIDE (Secretaría de Inteligencia del Estado) ou se pelos designados para as avaliações em outros órgãos. (INVERNIZZI, 2007, p. 105). Algumas dessas listas se encontram no DIPPBA (Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires).

A difusão da censura através desse plano foi rápida. Em 1976, o novo diretor das bibliotecas municipais, Arturo Gerardo López, despachou o decreto nº1766 que proibia qualquer livro peronista em todas as bibliotecas do estado “entre las primeras medidas dispuestas por este director de la dictadura estaba la de sacar de los estantes libros escritor por um ex-presidente constitucional”. (INVERNIZZI, 2007, p. 91). A partir de 1977, as políticas das bibliotecas passaram a impor condições que remetem às bibliotecas medievais; nestes seis anos de leis absurdas, sob o guarda-chuva da Operación Claridad, iam se estendendo e se renovando fazendo diversas bibliotecas perder seu patrimônio, e em não raros casos, até seus bibliotecários.

A Biblioteca Popular Constancio C. Vigil foi inaugurada junto a uma associação de vizinhos no ano de 1944, na zona sul da cidade de Rosario, possuindo um forte caráter comunitário e popular que se desenvolvia na época neste tipo de associação “Los sectores populares adquirieron mayor visibilidad para negociar sus intereses con la administración del poder. Igualmente, operaron como verdaderos agentes de socialización urbana” (GARCÍA, 2000, p. 41), a coletividade e o interesse mútuo pelo desenvolvimento da cultura fizeram com que nascessem além desses espaços públicos, atividades, aulas, cursos de pintura, desenho, e uma diversidade de projetos que visavam a fomentação cultural.

A biblioteca mantinha-se com doações dos vizinhos e com rifas, até que, em 1959 tornou-se autônoma. A biblioteca cresceu tanto que acabou por se transformar em um complexo

social, tornando-se uma instituição comunitária, com escolas e universidade popular, creche e até um observatório astronômico, alimentada por quase vinte mil sócios e frequentada por toda comunidade.

Porém, com a crise econômica que vinha se alastrando desde o governo de Isabel Perón, surgiram dificuldades na manutenção do lugar e na premiação das rifas, fazendo com que Vigil entrasse em uma dívida que viria a se tornar a principal desculpa para os ataques militares que se seguiriam. Em 25 de fevereiro de 1977 uma invasão de do pessoal dos serviços de segurança sob o nome de “operação normalizadora” marcaria o início de uma época de desesperança em Vigil.

Tras sólo 49 días hipotéticamente destinados a regularizar los problemas contables, investigar posibles ilícitos cometidos por los dirigentes institucionales y, más aún, garantizar la continuidad de los servicios sociales, culturales y económicos que la entidad ofrecía, finalmente se declaró la liquidación de su patrimonio. (GARCÍA, 2012, p. 46).

Essa destruição patrimonial foi iniciada através da justificativa de uma inspeção ideológica, que além disso, incluía também as cobranças que estavam sendo feitas a biblioteca e colocando os problemas financeiros como principal causa, pois acusavam a instituição de fraude. A partir dessa primeira intervenção, houveram outras, centradas em avaliar os livros e a ideologia que a biblioteca poderia representar. Essa avaliação incluiu a destruição de grande parte das obras.

Livros que estavam em circulação para os usuários foram enclausurados, e as próprias fichas deles foram usadas como uma valiosa fonte de dados para investigar as pessoas. (GARCÍA, 2012). Estima-se que foram perdidos quase oitenta mil volumes, incluindo os da editora adjunta a biblioteca. (BOSSIÉ, 2006, p. 6).

Esses livros foram perdidos em diversas etapas, entre elas, a incineração. Além das queimas, prática muito usada pelos nazistas durante o regime de Adolf Hitler, algumas obras – todas aquelas consideradas subversivas – foram roubadas. Um dos braços direitos de Videla na operação dessas queimas foi o general Luciano Benjamin Menéndez, que, possivelmente, considerava essas fogueiras como um ritual de fim da subversão. Não só o patrimônio físico foi destruído, mas também tudo aquilo que a comunidade conquistou em anos; as escolas que constituíam a biblioteca e a creche tiveram suas bibliotecas destruídas e sofreram uma grande mudança no ensino; muitos professores se viram perdidos e com medo diante da situação.

Neste mesmo ano, surgiu a “Lei de prescindibilidad” (Res. Nº 851/77),

Por fuera del desmantelamiento de sus dispositivos pedagógicos, la calidad de la enseñanza que caracterizaba a esta escuela secundaria, resultó quebrada por el recambio de sus recursos humanos. El plantel docente quedó diezmado entre renuncias masivas producto del terror dictatorial. [...] estuvo estrechamente vinculado al ingreso de personal intervencionista específicamente convocado para dirigir y controlar la cotidianeidad escolar (GARCÍA, 2006, p. 48).

A lei permitiu a troca dos funcionários e autoridades, que passaram a ter controle de toda a instituição. Essa liquidação se estendeu até 2004, quando, depois de muita luta, foi constituída uma associação para recuperação de Vigil, incluindo todos os valores que a construíram e fizeram prosperar, essa iniciativa deu fim a liquidação patrimonial apenas em 2008. A lei foi promulgada somente em 2012, e efetivada em 2013. Em 2015, apenas três anos atrás, o governo de Santa Fé a nomeou oficialmente como *Sitio de la Memoria del Terrorismo de Estado*, onde há uma placa sinalizando, para que o lugar possa ser referência histórica, que transmita o passado e faça refletir o presente, lembrando, acima de tudo, as marcas que a ditadura deixou.

Outro caso de grande destaque foi a famosa queima dos livros do Centro Editor da América Latina (CEAL). Videla ordenou a queima de livros em um terreno baldio na localidade de Sarandi, na periferia ao sul da Argentina com mais de 1,5 milhão de preciosas obras que foram destruídas, totalizando em torno de 24 toneladas em papel.

A CEAL foi fundada em 1966, por Boris Spivacow, ex-editor da Eudeba, com a intenção de colocar ao alcance do povo títulos essenciais para o desenvolvimento intelectual e cultural a preços justos. (BOSSIÉ, 2006, p. 42). A editora publicou mais de cinco mil títulos em seus anos de atividade, criando diversas coleções sobre assuntos gerais, que mesmo tendo edições econômicas, não perdiam a qualidade.

Já durante o governo de Onganía, a coleção *Siglo mundo*, sobre história universal havia sido proibida, contabilizando mais de 160 mil exemplares desaparecidos. Assim, a editora começava aos poucos a sofrer com a censura. Como consequência, a luta para continuar com as publicações trouxe diversos problemas financeiros, que foram marcando o seu enfraquecimento. Com o golpe, a situação só viria a piorar:

En 1974, fue secuestrado y fusilado pela Triple A Daniel Lucas, uno de los empleados de la editorial, en una manifestación estudiantil. Fue el primer compañero de trabajo muerto y un preámbulo de las detenciones, desapariciones, requisas, atentados y allanamientos que se volvieron una realidad cotidiana en el CEAL. (INVERNIZZI, 2007, p. 258).

Em seguida a morte de Daniel Lucas, a editora passou a ser acusada de incentivar a subversão com os livros que publicava, com acusações recaindo sobre Spivacow. “Spivacow

fue juzgado por un delito de venta y publicación de obras subversivas. Aunque finalmente pudo salvarse junto a sus empleados, las obras editadas por la sede no tuvieron la misma suerte: la mayoría terminaron quemadas y destruidas para siempre.” (ROJAS, 2004, p. 67). Essas acusações se estenderam até conseguirem oficializar que a editora não estava cumprindo a lei 20.840¹⁵, culminando, assim, na detenção de alguns empregados, batidas de supervisão e a ordem de destruição das obras.

A ordem de destruição se deu através do juiz Héctor Gustavo de la Serna, através de um informe que foi publicado no mesmo dia da queima, que foi realizada no dia 26 de junho de 1980. Antes disso, ainda em 1978, la Serna já estava planejando a intervenção, sob a alegação que a editora era comunista desde suas origens e atentava contra a Constituição Nacional. (INVERNIZZI, 2007, p. 265). No ano corrente, este informe começou a ser desenvolvido, contendo os títulos que deveriam ser avaliados e, se considerados subversivos, destruídos.

A parte do acervo que questionada correspondia a quase 30% das produções da editora. Desta forma, após conclusão da análise das obras pelo informe, a destruição da extensa bibliografia foi sentenciada. A queima se iniciou pela tarde, por volta das 16:00h. Por ordem judicial, Boris Spivacow esteve presente durante o ato, assim como outras testemunhas signatárias, também pertencentes a editora.

El procedimiento demoró gran parte del día: dos veces se cargó un camión en el depósito de Aguero que se trasladó hasta la calle Madariaga al 1800 donde fue pesado en la báscula de camiones. En total 24 toneladas y media fueron arrojadas en un baldío situado em Sarandí, en la Calle Ferré, entre Aguero y Lucena. (INVERNIZZI, 2007, p. 270).

A demorada pira terminou por volta das 22:00h, deixando no terreno baldio apenas cinzas e restos não identificáveis de milhares de livros. Foram 14 anos de produção intelectual transformados em fumaça.

¹⁵ Lei e 1975, responsável pela repressão das atividades subversivas.

Figura 10: Queima pública de milhares de livros do Centro Editor da América Latina (CEAL), em Sarandí.



Fonte: <<http://www.elortiba.org/old/quelib.html>>

Figura 11: Parte do acervo da CEAL em chamas durante o processo da queima.



Fonte: La primera piedra – Periodismo Independete, de la Asociación de Revistas Culturales Independientes de Argentina.

Figura 12: Queima de livros da CEAL, 25 de junho de 1980.
Fundación Pedro Milesi y Biblioteca Popular de Bella Vista



Las imágenes publicadas pertenecen a la colección Memoria en Llamas, y fueron tomadas por Ricardo Figueiras, historiador y editor del CEAL, responsable de fotografiar la quema.

Fonte: Fundación Pedro Milesi Y Biblioteca Popular De Bella Vista.

A Editora da Universidade de Buenos Aires Eudeba também teve parte de seu patrimônio destruído. Surgida em 1958, seu primeiro gerente foi Boris Spivacow, que viria a criar o Centro Editor de América Latina. A Eudeba se tornou uma das maiores editoras universitárias do mundo, e sua produção já alcançava milhares de exemplares em apenas dez anos de existência.

A primeira intervenção militar que sofreu foi em 1976, quando um grupo de militares, sem grandes explicações sob o comando do general Navío Francisco Suárez Battán invadiu a editora tomando posse do lugar e ordenando um novo funcionamento. No pouco tempo em que se manteve na direção, censurou quinze livros, todos eles sobre política e história. É importante lembrar que, algumas das obras que se escaparam, passaram por processos de censura, como *Memorias del Dr. Castillo* o *Las Constituciones Argentinas*, de Arturo Sampay, com supressão de trechos e eliminação de capítulos, sem o conhecimento de seus autores, o que fazia que nem o leitor suspeitasse que estava lendo uma obra modificada. (ROJAS, 2014, p. 66).

Sob nova direção, os principais cargos da editora tinham ligação com o exército e contato frequente, para garantir o controle dos livros que deveriam ou não ir para a venda. Os livros censurados, que ficavam fora do comércio, eram amontoados em um depósito, para serem entregues posteriormente ao governo.

Em 27 de fevereiro 1977, caminhões militares retiraram do depósito da editora mais de 80.000 exemplares que foram, posteriormente, icinerados na cidade de Buenos Aires, no bairro Palermo. (BOSSIÉ, 2009, p. 6).

[...] a las siete y media de la mañana, cuatro camiones militares, al mando del teniente primero Xifra, estacionaron frente a Eudeba. [...] Los soldados comenzaron a cargar el material en los camiones de transporte militar, bajo la mirada atónita de algunos transeúntes. [...] Según los empleados, fueron llevados entre 80.000 y 90.000 volúmenes. (INVERNIZZI, 2007, p. 232).

A operação não foi vista como sequestro, pois o diretor executivo, Luis Pan, declarou ao reitor da universidade que apenas tinha cumprido com a lei ao entregar os livros, deixando-os ao comando do corpo do Exército, afirmando que o destino destes livros fora decidido pela própria direção da editora. “Los libros se prohibían o se quemaban por medio de decretos, actas o resoluciones em las cuales se hacían constar las razones del censor”. (INVERNIZZI, 2006, p. 236). Mas além das atividades de rotina, muitos livros sumiram sem decretos oficiais. Depois da queima e da indenização que a editora teve em virtude do depoimento de Pan, a gestão foi trocada, porém, a censura continuou sendo exercida até o final da ditadura.

Outras queimas emblemáticas aconteceram em Córdoba. Cronologicamente, a primeira foi em 2 de abril de 1976, no pátio da escola Manuel Belgrano.

A segunda queima aconteceu no município de La Calera, em Córdoba, no dia 26 de abril de 1976, onde milhares de livros considerados marxistas foram empilhados em uma fogueira no prédio do Terceiro Corpo do Exército de Córdoba, na presença de jornalistas e fotógrafos que registraram o evento e, posteriormente, divulgaram na mídia.

Luciano Benjamín Menéndez, jefe del Tercer Cuerpo de Ejército con asiento en Córdoba, ordenó una quema colectiva de libros, entre los que se hallaban obras de Proust, García Márquez, Cortázar, Neruda, Vargas Llosa, Saint – Exupéry, Galeano, entre otras. Dijo que lo hacía “a fin de que no quede ninguna parte de estos libros, folletos, revistas... para que con este material no se siga engañando a nuestros hijos”. Y agregó: “De la misma manera que destruimos por el fuego la documentación perniciosa que afecta al intelecto y nuestra manera de ser cristiana, serán destruidos los enemigos del alma argentina. (COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMORIA, 2012, p. 6).

Essa queima foi realizada com obras retiradas de livrarias, de coleções pessoais e da própria Biblioteca de Córdoba. A bibliotecária responsável na época chamava-se María Luisa Arrieta, e desempenhou sua função até 1998, passando pelo processo ditatorial em um ambiente de autocensura e medo. Em 30 de abril o jornal *El Diario Oficial* trazia como manchete do acontecido: “Incineración de literatura marxista”, já o *Diario de la Opinión* trazia o seguinte relato:

En dependencias del Regimiento de Infantería Aerotransportada 14 y por disposición del Comando del Tercer Cuerpo de Ejército se procedió a la incineración de abundante material literario de corte marxista que fuera secuestrado —según informó el titular de aquella unidad— en distintos procedimientos efectuados en esta Capital. La destrucción de la referida documentación fue practicada en presencia de los periodistas acreditados ante el Comando, que fueron especialmente invitados a tal efecto. (ZEBALLOS, 2006, p. 12).

Figura 13: Queima coletiva de livros em Córdoba, 29 de abril de 1976.



Fonte: < <http://www.elortiba.org/old/quelib.html> >

Os jornais *Córdoba* e *Los Principios* não se referiram à queima. A incineração de livros mostrava-se como prática comum, quase ritualística. O próprio regimento tornou público o

comunicado “el comando del Tercer Cuerpo de Ejercito quemaba esa documentación perniciosa que afecta el intelecto y nuestra manera de ser cristiana. A fin de que no quede ninguna parte de estos libros, folletos y revistas, con este material continuar engañando a nuestra.” (ZABALLOS, 2006, p. 12). Para aqueles que não leram os jornais neste dia, a fumaça nos céus fazia o prenúncio de milhões de leitores deserdados. Nas palavras de Eduardo Galeano (2017):

Às cinco da tarde, purificação pelo fogo. No pátio do quartel do regimento Catorze, em Córdoba, o comando do Terceiro Exército “procede a icinerar esta documentação perniciosa, em defesa de nosso mais tradicional acervo espiritual, sintetizado em Deus, Pátria e Lar”. Jogam-se os livros nas fogueiras. De longe, se avistam as chamas. (GALEANO, 2017, p. 200).

Ainda em Córdoba, houve também a queima de livros na Escola Superior de Comercio Manuel Belgrano, que até o final da ditadura contou com a morte de doze adolescentes e vinte expulsões¹⁶. Os desaparecidos tiveram seus nomes entregues nas famosas listas negras pela própria escola. Dentre estes, alguns foram enviados para o Centro de Detenção – tortura – La Perla¹⁷ e continuam na condição de desaparecidos. Estes eventos relembram o filme “La noche de los lapices”, de 1986, que conta a história de sete jovens que forma sequestrados e torturados em La Plata por causa do movimento estudantil de redução das passagens dos estudantes, pois o ato era considerado subversivo. Dos sete jovens, apenas quatro sobreviveram.

Logo no início do golpe, todos eram suspeitos, denúncias contra alunos, professores e funcionários eram feitas à direção, o que propiciou a escola um ambiente de intimidação e medo. No âmbito da educação, começou a passar por reformas básicas na estrutura de ensino, afetando toda a disponibilidade de material que a biblioteca dispunha. Já no início, alguns títulos, sobre o peronismo, inclusive, foram levados para o depósito da escola.

Em 2 de abril de 1976, dias antes do golpe, a queima foi executada:

el recientemente nombrado delegado militar interventor en la Escuela, Teniente Primero Manuel Carmelo Barceló (cargo que Tránsito Rigatuso ostentaba desde abril de 1974), ordenó la requisita y dispuso la posterior quema en el patio del colegio de 19 títulos de la colección de la Biblioteca, entre ellos : obras de Aguirre, Marx, Engels, Godio, del Centro Editor de América Latina, Martí, etc. (ZEBALLOS, 2006, p. 6)

Em 1996, vinte anos depois da queima, a escola colocou uma placa na biblioteca em homenagem aos desaparecidos, onde consta a frase “Hermosos tiempos aquellos en que

¹⁶ Dados retirados do trabalho de Federico Zeballos, no Concurso Latino-americanoamericano de Investigación: “Fernando Báez” en Bibliotecología, Documentación, Archivística y Museología de 2006.

¹⁷ Principal Centro Clandestino de Detención localizado na Província de Córdoba durante a ditadura militar, fundado em 1975, e também chamado de “La Universidad”.

podemos pensar lo que queremos y decir los que pensamos. 1976-1996. ADIUC-CEMB”. (ZEBALLOS, 2006, p. 7).

A Biblioteca Popular Luis José de Tejeda y Guzmán, criada em 1945, possuía uma forte participação na criação de eventos culturais, voltados para o ensino, para a leitura, para a arte e a música. Essas atividades permitiam o acesso à cultura para a população mais pobre, mas os anos de crescimento da comunidade foram congelados com a ditadura. Grande parte das atividades foram cortadas, e todo evento planejado era controlado pela polícia. As obras da biblioteca passavam pelo processo padrão de avaliação, e, como era de se esperar, boa parte era censurada e retirada de lá; os registros de empréstimo também eram controlados, a fim de saber quem tinha lido tal obra e quando esta tinha chegado ao local. (ZEBALLOS, 2006, p. 8).

No âmbito das bibliotecas universitárias, elas passaram por um processo de militarização, onde os valores institucionais e educacionais transformaram-se até o final da ditadura. Na Universidade Nacional de Salta, foram enviados 224 exemplares, através do expediente nº 235/82, para Buenos Aires para incineração, em agosto de 1980.

A grande contradição desses casos, principalmente os de queima, é que aqueles que “salvaram” alguma obra, acabaram por destruí-la também, pois, ao invés de vê-las nas mãos dos ditadores, preferiram eles mesmos enterrar alguns livros, ou até mesmo queimá-los.

Também as banheiras de nossas casas estavam escuras. Rasguei e queimei livros, e foi uma das coisas das quais nunca pude me recuperar. Destruía e chorava porque não queria que meus filhos me vissem, porque não queria que contassem na escola, porque não queria que soubessem que sua mãe era capaz de destruir livros. Porque sentia muita vergonha. (BAÉZ, 2006, p. 287).

Já na Universidade de Buenos Aires, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, um documento foi encontrado contendo uma lista com 128 livros com título e autor que deveriam ser sequestrados.

A Biblioteca da Universidade de Tucumán, localizada na província de Tucumán, teve controle similar. Havia conferências frequentes para verificar se os livros que deveriam ser retirados do acervo tinham sido recolocados nas estantes. “El 27 de mayo de 1977 se informó que los libros dados de baja o retirados de circulación conformaban un total de 209 ejemplares y 117 publicaciones periódicas, provenientes de distintas dependencias, sin especificar su destino”. (BOSSIÉ, 2009, p. 30). Essa incerteza do lugar para onde os livros eram levados não foi um caso isolado, acontecendo também na Faculdade de Ciências da Educação, na Universidade Nacional Entre Ríos.

Em 1976 formou-se uma Comissão de Assessoria na FCE, responsável por todo o controle bibliográfico da faculdade. Essa comissão era constituída por um corpo docente que assessorava sobre os livros que deveriam ser retirados da biblioteca e os que deveriam compor o acervo.

Ya se ha demostrado (1997) que seiscientos noventa y siete piezas (incluyen distintos tipos de impresos: textos, revistas, separatas, informes, etc.) fueron trasladados/separados/transferidos de la biblioteca de la FCE durante la Dictadura. Los resortes «legales» a través de los cuales se operaban las eliminaciones, consistían en mecanismos diversificados. Por una parte, resoluciones emanadas del decano organizador y por otra, expedientes o resoluciones internas de la Facultad, ratificadas por posteriores resoluciones del Rectorado de la Universidad, que autorizaban a apartar materiales de la biblioteca. (KAUFMANN, 2017, p. 117).

Essas retiradas eram nomeadas “baixas”, e os livros da baixa eram, supostamente, enviados para a Biblioteca Central da Reitoria, porém, como não há registros de entrada dos materiais na biblioteca, não se sabe para onde foram os livros.

Na Biblioteca da Universidad de La Plata, foi realizada uma denúncia em 7 de setembro 1981 onde era relatada a descoberta de livros subversivos no acervo, o que acarretou na produção de dois inventários que continham os títulos dessas obras, que acabaram por ser queimadas em 15 de setembro de 1981 no quartel da Décima Brigada. O que não era icinerado, era censurado:

Una de las estrategias utilizadas por el régimen militar fue el recorte de presupuesto para compra y actualización del material bibliográfico. Todos los entrevistados sostienen que este fue uno de los factores predominantes en la UNLP durante la dictadura y la Biblioteca Pública no escapó a esta situación. (BOSSIÉ, 2009, p. 28)

Desta forma, a aquisição de livros caiu drasticamente, e desde as primeiras inspeções, os trabalhadores da biblioteca tentavam esconder alguns poucos exemplares, que retornariam aos poucos para o catálogo da biblioteca somente depois da volta da democracia.

5 OS LÁPIS SEGUEM ESCREVENDO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das cinzas que restaram, foi possível recontar a trajetória desse período tão sombrio pelo qual a Argentina passou; uma trajetória que marcou a construção da identidade do país; um conto de perdas, mas também de luta e renascimento. Assim como a ave Fênix¹⁸ (da Mitologia Grega) – e aqui elimino a ave condor, que deu nome a operação brutal financiada pelos EUA – a Argentina ressurgiu das cinzas. Não me refiro somente às cinzas dos livros, mas também às cinzas do golpe que, mesmo vencido, deixou cicatrizes. A Argentina renasceu para lutar por um país melhor, construindo espaços de resistência não só na literatura, mas também em sua história.

É importante lembrar que não só milhares de livros foram perdidos, mas milhares de vidas. Vidas que tentaram combater a censura e o silenciamento em prol de seus direitos, dos direitos humanos que, mesmo tão democráticos no papel, acabam por ser violados diversas vezes. No contexto argentino, porém, essa violação vem sendo investigada pela CONADEP, criada em 1983 pelo presidente na época, Raúl Alfonsín, com a pretensão de entender e registrar os casos de desaparecimento e tortura cometidos durante a ditadura. Já no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi sancionada em lei apenas em 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, com o intuito de também investigar as transgressões durante a ditadura brasileira. Dilma foi a primeira mulher a governar o país e a primeira dos governantes a institucionalizar a investigação e prevenção dos atentados que lesam a humanidade. Traçando-se um paralelo com Isabela Perón, a primeira presidenta da Argentina que foi deposta em 1976, relembro que Dilma foi deposta em 2016, quando o atual presidente Michel Temer assumiu seu cargo.

E como deixar de esquecer esses fatos se basta um fechar de olhos para que tudo se repita? A partir dessa premissa, o presente trabalho buscou juntar as diversas consequências que a ditadura na Argentina trouxe, com o foco no âmbito cultural, como forma de protesto, de registro e de luta, palavras fundamentais para o desenvolvimento da humanidade.

O contexto político da Argentina no século XX, apesar de sua complexidade, pode esclarecer a sutileza com que um golpe de Estado pode ser armado e, infelizmente, efetivado. As oscilações pelas quais o Estado passou marcaram o início de uma temporada que prejudicou o país não só no âmbito econômico, mas principalmente cultural. Mostrar essa retrospectiva histórica se fez necessária para chegar no principal objeto deste trabalho: a censura de livros nas bibliotecas e editoras argentinas.

¹⁸ A Fênix é uma ave da Mitologia Grega que, quando morria, entrando em autocombustão, ressurgia das cinzas.

A censura, abstrusa e multifacetada, ganhou aqui o papel de restritora sob o poder do Estado, que a usou como principal ferramenta para o controle coercitivo dos argentinos. Relembrando seu progresso através da História, foi possível confirmar o quanto de perdas e estagnações o mundo sofreu no que tange a produção de conhecimento, e como a diferença temporal de séculos não exterminou com essas barbaridades, apenas as amenizou. Iniciando na Reforma Protestante, onde se deu a ascensão dos processos de censura, principalmente com o surgimento da Inquisição, resgatei o andamento dessas práticas até o Iluminismo, quando surgem as primeiras retificações da liberdade de imprensa, abrandando a censura e permitindo uma maior circulação de livros, dada a efervescência intelectual que vinha surgindo com os novos ideais libertadores.

Desta forma, entendendo mais o que pode ser censura, foi possível chegar aos motivos que desencadearam as práticas de proibição usadas pelo governo durante a ditadura na Argentina e suas consequências no desenvolvimento do país. As diversas proibições aqui mencionadas tiveram sua execução a partir de decretos sancionados pelo governo, garantindo o poder da lei sobre qualquer sentido ou reação. A literatura foi entendida como uma arma, como oposição e como perigo, censurando e evitando, então, que se formasse uma sociedade pensante, criativa e combativa.

A perda patrimonial que essa ação trouxe é algo indefinível, mas mensurável, pois ultrapassa os milhões. Foram portas fechadas de bibliotecas e editoras, e queimas de produções intelectuais, poéticas e artísticas. Essa perda física, do objeto, causou tanto medo que Videla e seus aliados construíram todas essas artimanhas para silenciá-la. É difícil não compreender o quanto o país perdeu com essa lacuna de sete anos que foi capaz de ser tão destrutiva, uma lacuna que paralisou o desenvolvimento do país e, pior que isso, matou aqueles que tentaram, mesmo que o mínimo, ir contra esse regresso.

A ditadura fez com que universidades e escolas fossem fechadas, causando uma carência absurda na qualidade de ensino; proibiu o acesso a grandes pensadores, nacionais e internacionais, gerando uma sociedade alienada, sem capacidade crítica; estagnou a produção científica; minimizou os trabalhadores na área da cultura, tirando o emprego, e a vida, de muitos deles; fez regredir o processo jornalístico que, como um dos principais meios de comunicação da época, passou a publicar apenas o que era a favor da ideologia e moral da Reorganização Nacional; despatriou inúmeros escritores de sua terra, impedindo que voltassem ao seu país apenas por causa de seu pensamento crítico; assassinou e torturou jovens; vendeu bebês nascidos dos ditos subversivos; sequestrou e atirou ao oceano pessoas vivas; censurou até o último ponto de um folheto que pedia por paz.

Atendendo aos objetivos propostos, pude relatar que uma das principais consequências na produção literária do país foi o exílio de grande parte dos escritores, e que o exílio, visto aqui também como consequência da censura, imbuíu nesse resultado uma literatura nostálgica, realista, de protesto e de tristeza, fazendo a ditadura como tema cerne de diversas obras, mesclada com ficção e relatos, mas com um poder e uma emoção que só quem passou é capaz de produzir. Essa literatura se manifestou em um grande número de produções durante a ditadura e depois de seu término, mesmo com publicações que viriam à tona muitos anos depois. Não há dúvidas que esses acontecimentos tão cruéis deixaram sua marca na literatura do país, que é uma das mais incríveis do mundo, apesar de nem sempre receber o devido reconhecimento.

Toda essa mutação se deu em processos graduais de aceitação e percepção, permitindo criar, além da prosa e da poesia, documentos que guardam até hoje as dores de um país que sobreviveu a uma ditadura. Os escritores desterrados, por sua vez, em alguns casos não retornaram a Argentina, criando uma literatura também intercultural e crítica.

No que tange às consequências causadas nas bibliotecas e editoras, nos cabe também refletir os impasses que os trabalhadores desses locais passaram para proteger o patrimônio coletivo. Muitas dessas pessoas desapareceram sem deixar rastros; de bibliotecários e funcionários de bibliotecas foram totalizados 24 desaparecidos, cuja lembrança tem relevância em ser mencionada aqui, sem demais aprofundamentos, para que possa ser esmiuçada em trabalhos futuros. Para isso, segue abaixo a lista de nomes e data de desaparecimento desses funcionários, que foi retirada através de levantamento de dados na base de dados argentina Parque de la Memoria:¹⁹

Juan Pablo Maestre (Escobar, -07-71).

Rodolfo Francisco Achem (La Plata, 08-10-74).

Maurice Jeger Rymland (Tucumán, 08-07-75. Francés).

Napoleón Argentino Araneda (Mendoza, 12-12-75).

Julio Washington Cabrera (Buenos Aires, 18-10-76).

Rosa Delicia Chaher (Buenos Aires, 18-10-76).

Miguel Santiago Bacasun (Bahía Blanca, 27-06-76).

Eduardo Benito Francisco Corvalán Mato (Buenos Aires, 22-07-76).

¹⁹ O centro de documentação e arquivo digital Parque de La Memoria – Monumento é uma base de dados pública que possui o registro das vítimas desaparecidas durante o Terrorismo de Estado na Argentina. Disponível em: <<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/>>.

Elvira Estela Márquez Dreyer (Rosario, 01-08-76).
 Viviana Ercila Micucci Iburrustela (San Isidro, 11-11-76).
 Elsa Noemí Mateo (La Plata, 12-11-76).
 María de Jesús Peláez López (San Martín, Bs. As. 21-12-76).
 Rosa Angélica Murno Merediz (Remedios de Escalada, 04-01-77).
 Susana Raquel González (La Plata, 10-02-77).
 Pedro Ulderico Ponce (Mendoza, 04-04-77).
 Ana Inés Della Croce (La Plata, 12-04-77).
 Marta Susana Diez Troncoso (Rosario, 15-05-77).
 Mary Norma Luppi Mazzone (Buenos Aires, 10-06-77).
 Ramón Manuel Saavedra (Buenos Aires, Biblioteca Nacional, 14-07-77).
 José Dalmiro Rojas (Tucumán, 21-07-77).
 María José Rapela King Magnone (Morón, 30-07-77).
 Ana María Tossetti Jáuregui (Buenos Aires, 27-08-77).
 Beatriz Arango Sánchez (Buenos Aires, 24-11-77).
 Ricardo René Haidar Camissi (Buenos Aires, 18-12-82).

Lutar contra a censura se mostrou uma tarefa nada fácil, custou vidas, e décadas de produção intelectual, custou espaços destinados a criarem-se cidadãos informados e alfabetizados, custou o crescimento de um povo, a possibilidade de gerar história, de progredir e de evoluir, custou as virtudes do ser humano, já que estas foram massacradas por uma ideologia contraditória e individualista.

Nesses trinta e quatro anos que se passaram após o término do golpe, a censura diminuiu, não só na Argentina, mas no âmbito da América Latina, no entanto, em um movimento abrupto como em uma montanha-russa, casos que assustam ora e outra remontam a essas épocas de medo e silêncio. Trazendo esse tipo de repercussão para a atualidade e o contexto geográfico e político em que me encontro, menciono o fato da proibição do catálogo da exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que foi aberta no Santader Cultural de Porto Alegre – RS em setembro deste ano. A exposição foi banida devido às manifestações conservadoras do Movimento Brasil Livre. As obras compunham um acervo de mais de 80 artistas, que abordam a temática LGBT e a diversidade sexual. A censura da exposição causou alvoroço na cidade e abriu portas para muitas outras proibições de cunho artístico na região. As câmaras de vereadores das cidades de Caxias do Sul, Uruguaiana, Erechim, Cachoeirinha e Bento Gonçalves emitiram uma nota as suas prefeituras para retirar de suas bibliotecas públicas

os catálogos da exposição. A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) se posicionou contra a pauta, afirmando que não podemos deixar que interferências ideológicas proibam o acesso à informação às pessoas.

Em pleno século XXI nos deparamos com a censura novamente, transformando o presente trabalho em uma ferramenta de informação sobre a capacidade de retrocesso cultural de um mundo que mata pessoas pelo conflito de opiniões. O que a Argentina passou, assim como os demais países do Cone Sul durante as ditaduras, é um reflexo dessa intolerância, que teve resultados que jamais serão esquecidos, enquanto continuarmos lembrando-os, enquanto os lápis seguirem escrevendo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769 - 1834). **Revista de História e Estudos Culturais**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.1-23, jul. 2009.
- ARCHIVO PROVINCIAL DE LA MEMORIA. Disponível em: <<http://www.apm.gov.ar/>> Acesso em: nov. 2017.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: a ditadura na Argentina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BAKUNIN, Mikhail. **O conceito de liberdade**. Porto: Edições RES limitada, 1975.
- BAO, Sandra. **Argentina y Uruguay**. Barcelona: Lonely Planet, 2013.
- BORGES, Jorge Luis. **A Biblioteca de Babel**. Disponível em: <<http://www.zenite.nu/fanzine/a-biblioteca-de-babel/>> Acesso em: nov. 2017.
- BOSSIÉ, Florencia. **Censura a los libros en la ciudad de La Plata durante la última dictadura militar (1976-1983)**. 2006. 141 f. Tese (Doutorado) - Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2006.
- BOSSIÉ, Florencia. **De libros, bibliotecas y bibliotecarios en tiempos de dictadura**. 12.º Congreso Internacional de Promoción de la Lectura y el Libro, Buenos Aires, 2009.
- BOSSIÉ, Florencia. **Libros, bibliotecas y bibliotecarios: una cuestión de memoria**. 2009.
- BRANCHER, Ana; SOUZA, Fábio Francisco Feltrin de. Políticas na exterioridade: notas sobre o exílio de escritores latino-americanoamericanos. **Esboços**, Florianópolis, v. 15, n. 20, p.206-221, 01 jul. 2008.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CABRERA, Daniel. **Che: geografias del Che**. Madrid: T.G. Soler, 2011.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002. 614 p.
- CAVALLARO, Diana (Ed.). **Julio Cortázar: compromiso y fantasía**. Buenos Aires: Aguilar, 2006.
- CLARÍN. **Los libros censurados por la Dictadura**. 2013. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/libros-censurados-Dictadura_0_SJOmhmLovmg.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- GREGOR CLARCK. **Argentina y Uruguay**. Barcelona: Planeta S.A., 2005.

COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMORIA. **Biblioteca de libros prohibidos**. Córdoba: Ediciones del Pasaje, 2012.

CORBATTA, Jorgelina. **Formas del exilio y la memoria en dos textos de Tununa Mercado**. Actas XIV Congreso AIH (Vol. IV). Nova York. Wayne State University, 2001.

CORTÁZAR, Julio. **Obra Crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Capítulo América Latina: exílio e literatura.

CORTÁZAR, Julio. **Argentina: años e alambradas culturales**. Buenos Aires: Muchnik, 1984.

D'ALESIO, Rosa. **La Perla: centro de detención de obreros y estudiantes**. 2016. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/La-Perla-centro-de-detencion-de-obreros-y-estudiantes>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os estados influenciam a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELGADO, Verónica; MERBILHÁA, Margarita; PRÍNCIPI, Ana. Censura cultural y dictadura. In: LA ÚLTIMA dictadura militar en Argentina: Entre el pasado y el presente. Rosário: Homo-sapiens, 2008. p. 69-86.

DE LA GUERRA, Francisco E. Castellanos. **Julio Cortázar, de literatura y revolución en América Latina**. Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina, 2000.

DE LOS SANTOS, María Paula Rojas. La censura cultural durante la dictadura militar argentina: 1976-1983. **Philologica Urcitana**, Almería, v. 12, p.51-78, mar. 2015.

DIAZ, Cintia. **Censura a los libros durante la dictadura militar Argentina (1976-1983)**. Leopoldo Marechal [200-?].

ECO, Umberto. **Desear, poseer y enloquecer**. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/215637-pasiones-publicas>> Acesso em: out. 2017.

ENRIQUEZ, Mariana. **El día que quemaron un millón y medio de libros**. <<https://www.pagina12.com.ar/2000/00-08/00-08-30/pag26.htm>> Acesso em: out. 2017.

FERNANDEZ, Juan; MARINI, Mariela. **Problemas de historia argentina 1912 - 2011**. Buenos Aires: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GARCÍA, Natalia. **Una agenda pendiente: delitos culturales y económicos durante la última**

dictadura militar argentina. El caso de la “Biblioteca Vigil” de Rosario (1977-2011). **Información, cultura y sociedad**, Rosario, nº 26, jan. 2012. Disponível em: < Acesso em: out. 2017.

GELMAN, Juan. Disponível em: <<http://www.juangelman.net/2011/10/23/mundar-2007/>>. Acesso em: nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOÉS, José Christian. Da expressão ao dever da liberdade de expressão: contribuições a um debate interdito. **Communicare**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.1-14, jan. 2015. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/revista-communicare/>>. Acesso em: maio 2017.

GOLOBOFF, Mario. **Las lenguas del exilio**. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1990_num_7_1_1010> Acesso em: nov. 2017.

GUTIÉRREZ, Mónica. **Juicio contra la memoria**. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-8792-2002-08-12.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

INFELISE, Mario. **Libros prohibidos: una historia de la censura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. 128 p.

INVERNIZZI, Herman; GOCIOLO, Judith. **Un golpe a los libros**. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

JAMES, Daniel. **Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010. 368 p.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Catálogo do museu queer desaparece de bibliotecas**. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/11/geral/594724-catalogo-do-queermuseu-desaparece-de-bibliotecas.html> Acesso em: dez. 2017.

JORNAL LE CAPITAL. **La Biblioteca de Vigil ya es sitio de la memoria del terrorismo**. Disponível em: <<https://www.lacapital.com.ar/la-ciudad/la-biblioteca-vigil-ya-es-sitio-la-memoria-del-terrorismo-estado-n469298.html>> Acesso em out. 2017.

KAMEN, Henry. **La Inquisición Española: una revisión histórica**: Barcelona: Crítica, 1999.

LA HISTORIA oficial. Direção de Luis Puenzo. Buenos Aires: Historias Cinematográficas Cinemania, 1985. Son., color. Legendado.

KAUFMANN, Carolina. Dictadura y educación: Universidad y grupos académicos argentinos (1976-1983). Tomo I. Colección Studio, nº6, Serie Educación, nº6. FahrenHouse, 2017.

LA NOCHE de los lápices. Direção de Héctor Oliveira. Buenos Aires: Aries Cinematográfica Argentina, 19. Son., color.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta, 2017.

MONTAÑEZ, Amanda Peres. **Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba**. 2006. 204 f. Tese (doutorado) – em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2006.

NODARI, Alexandre. In: II Congresso Internacional de Direitos Humanos Da Ulbra – Iguais Na Diferença, 2011, Canoas. **Quando o pensamento é privatizado: liberdade de expressão, direitos autorais e censura**. Canoas: Ulbra, 2011. 10 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1 - 7.

PARQUE DE LA MEMORIA. Registro de victimas. Disponível em: <<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/3434/>> Acesso em: nov. 2017.

PODERTI, Alicia Estela. **Perón: la construcción del mito político 1943-1955**. 2010. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidad Nacional de La Plata Facultad de Humanidades, La Plata, 2010.

PÔMPEO, Flávio. Sobre a ideologia. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/sobre-a-ideologia>> Acesso em: nov. 2017.

PREGO, Omar. **O fascínio das palavras**. Entrevistas com Julio Cortázar. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1981.

RAGGIO, Sandra (coord). **La censura en la literatura infantil y juvenil durante la última dictadura**. Educacion y Memorya, edición especial. Rosario: Homo Sapiens, 2009.

RODRIGUÉZ, Margarita Victoria. **Peronismo: movimento popular democrático, ou populismo autoritário? (1945-1955)**. Campinas: Histedbr, 2006.

SÁBATO, Ernesto. **Nunca mais: Informe sobre a Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1994.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Jorge Rafael Videla e o “processo de reorganização nacional”**: a construção de uma ditadura militar. 2013. 62 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SIRI, Laura; VÁZQUEZ, Hernán Gabriel (Comp.). **Representaciones discursivas de la violencia, la otredad y el conflicto social en Latino-americanoamérica**. Buenos Aires: Hernán Gabriel Vázquez, 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOCA, Diego Antônio Pinheiro. **“O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina”**: os “vãos da morte” e a convivência das ditaduras do Brasil e do Uruguai com o ocultamento dos corpos devolvidos pelo mar. 2011. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em História, Faculdade de Ciências Sociais, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SOCA, Diego Antônio Pinheiro. **Os voos da morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado) – em História, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

VERDILE, Laura. **Memoria del fuego: la quema de libros del CEAL durante la dictadura cívico militar**. 2016. Disponível em: <<http://www.laprimera piedra.com.ar/2016/06/lo-perdimos-fuego-la-quema-libros-del-ceal/>>. Acesso em: nov. 2017.

VISTA, Fundación Pedro Milesi y Biblioteca Popular de Bella. **Quema 51**. 2017. Disponível em: <<http://www.fundacionpilesi.org.ar/uncategorized/37-anos-de-la-quema-de-libros-del-centro-editor-de-america-latina/attachment/quema-51/>>. Acesso em: dez. 2017.

WALSH, Rodolfo. **Carta aberta de um escritor à Junta Militar**. Archivo Nacional de La Memoria: Argentina, 1977.

ZEBALLOS, Federico. **El terrorismo de Estado en las bibliotecas**. Concurso Latinoamericano de Investigación: “Fernando Báez”. en Bibliotecología, Documentación, Archivística y Museología. 2006